UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

SANDRA HELENA GONÇALVES FERNANDES

EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PESQUEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE CABO VERDE

SALVADOR
2017

SANDRA HELENA GONÇALVES FERNANDES

EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PESQUEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE CABO VERDE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento regional e meio Ambiente.
Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

SALVADOR
2017

Fernandes, Sandra Helena Gonçalves
F363 Evolução e contribuição do setor pesqueiro para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo verde / Sandra Helena Gonçalves Fernandes. - Salvador: 2017

84f. il tab.

Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2017

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

1.Setor da pesca 2.Desenvolvimento econômico 3. Cabo Verde I. Mata, Henrique Tomé da Costa III. Universidade Federal da Bahia

CDD 338.9

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA HELENA GONÇALVES FERNANDES

"EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PESQUEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE CABO VERDE"

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé
(PPGE/ECO/UFBA)

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
(UFC)

Aprovada em 17 de agosto de 2017.

Praça Treze de Maio, nº 6, 5º Andar, Sala 502 – Centro – Salvador – Bahia – CEP: 40.060-300.
Website: http://www.ppgeconomia.ufba.br – *E-mail*: ppge@ufba.br – (71) 3283–7542 / 7543

Dedico esta dissertação à minha
querida família,
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por sua infinita bondade e misericórdia, e por ter me auxiliado em todos os momentos difíceis que passei ao longo desses anos do mestrado, e me mostrando as respostas nos momentos da incerteza.

Aos meus pais, Maria Inocência Gonçalves e Matias Sanches de Souza Fernandes, pela dedicação para comigo, pelo investimento em meus estudos e por todo esforço empregado para que hoje eu chegasse onde cheguei.

Aos meus irmãos e minha sobrinha Nélida Gonçalves por todo apoio e encorajamento que me deram durante toda vida e, sobretudo, por acreditar em mim. Em especial à minha irmã, Zuleika Samira Gonçalves Pires, que muito contribuiu para a realização desse mestrado, por meio de incentivo financeiro e pessoal.

A Mamadu Alfa Djau, meu amigo, namorado, que sempre estive colaborando de uma forma positiva para concretização desse mestrado e que muito me apoiou nos momentos difíceis que passei no decorrer do curso. Você é meu grande incentivador e minha admiração por você é imensurável.

Aos professores da Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia com quem tive a oportunidade de aprender e conviver no decorrer do curso de mestrado em especial, ao meu orientador, professor Dr. Henrique Tomé da Costa Mata, pela orientação, pelas palavras de motivação e por sua sempre disposição em me orientar nesse trabalho.

Aos professores Antônio Ricardo Dantas Caffé e Suely Salgueiro Chacon, por prontamente, aceitarem meu convite para participar como membros da banca examinadora e pelas contribuições para melhoria do trabalho.

Aos colegas do curso de mestrado, pela amizade, pelo incentivo e pelos aprendizados compartilhados juntos. Meus agradecimentos, em especial, aos colegas Aline Santos, Edna, Fernanda, Hugo, Joana, Kaiza, Lan Camus, Ludmila, Roberta e Sarah, pelos estudos juntos e pela força que têm me dado nos momentos difíceis do mestrado, DEUS esteja com vocês.

A minha amiga Edna Maria Da Silva agradeço de coração tudo que você fez por mim, você é muito especial.

A minha amiga Clara Valéria Grangeiro De Sousa agradece pela paciência em ler meu trabalho e pela amizade.

Aos funcionários da secretaria do programa de Pós-graduação em economia sempre gentis em me atender, obrigada.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo que garantiu o apoio financeiro necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

Enfim, meu muito obrigada a todos que colaboraram direta e indiretamente para o início e conclusão dessa fase em minha vida.

“O Senhor é o meu rochedo, e o meu lugar forte,
e o meu libertador; o meu Deus, a minha fortaleza, em quem confio;
o meu escudo, a força da minha salvação, e o meu alto refúgio”(Salmos 18:2).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o desempenho do setor pesqueiro e a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde. Para alcance do objetivo deste trabalho, a pesquisa inicia-se com um breve síntese sobre o desenvolvimento econômico e inovação tecnológica, através de uma retrospectiva de fatos econômicos relevantes às estratégias estabelecidas por Schumpeter. Também foi feito um estudo acerca do desenvolvimento sustentável e foi desenvolvido os modelos teóricos aplicáveis à gestão de recursos naturais. Em seguida, apresenta-se os aspectos referentes a caracterização do objeto de estudo, desde a sua descoberta até a apresentação da estrutura e análise do desempenho socioeconômico, e depois foi discutida a abordagem analítica do setor pesqueiro em Cabo Verde. Portanto, conclui-se que apesar da sua baixa contribuição na formação do PIB, o setor pesqueiro é muito importante para o desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde, uma vez que o país não dispõe de outros recursos naturais de grande expressão econômica. Por fim, foi constatado também que o setor tem evoluído em termos de captura, número de pescadores, esforços e número de barcos.

Palavras-chave: Setor da pesca. Desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Cabo Verde.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the performance of the fishing industry and its contribution to the socioeconomic and environmental development of Cape Verde. To reach the objective of this work, the research begins with a brief synthesis on economic development and technological innovation, through a retrospective of economic facts relevant to the strategies established by Schumpeter. A study on sustainable development was also carried out and the theoretical models applicable to the management of natural resources were developed. Afterwards, the aspects related to the characterization of the study object, from its discovery to the presentation of the structure and analysis of the socioeconomic performance, are presented, and then the analytical approach of the fishing sector in Cape Verde was discussed. Therefore, it is concluded that despite its low contribution to GDP formation, the fishing sector is very important for the socioeconomic development of Cape Verde, since the country does not have other natural resources of great economic expression. Finally, it was also noted that the sector has evolved in terms of catch, number of fishermen, efforts and number of vessels.

Keywords: Fisheries sector. Socioeconomic and environmental development. Cape Verde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Comportamento de um estoque de recursos pesqueiros no tempo 36
Figura 2: Representação geográfica de Cabo Verde 41
Figura 3: Evolução e distribuição da população de Cabo Verde por Meios e ilhas 43
Figura 4: Densidade Populacional (habitantes/Km) por ilha 44
Figura 5: Evolução da taxa anual de inflação medida pelo IPC de Cabo Verde, Resto do Mundo e África 49
Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego de Cabo Verde, de 1996 a 2000 51
Gráfico 2: Composição do PIB e da inflação 54
Gráfico 3: Evolução das remessas dos emigrantes 55
Quadro 1: Remessa dos emigrantes por país de residência (2010-2014) 56
Gráfico 4: Estrutura do PIB por setor de atividade 59
Figura 6: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo verde 62
Gráfico 5: Evolução da pobreza, meio rural e urbano 64
Quadro 2: Contribuição do setor da pesca no PIB do país 74
Gráfico 6: Evolução anual das capturas na pesca artesanal e industrial 76
Gráfico 7: Evolução anual dos desembarques da pesca artesanal e industrial por grupo de espécies 77
Gráfico 8: Evolução anual dos pescadores da pesca artesanal e industrial 78
Gráfico 9: Evolução anual dos esforços da pesca artesanal 80
Gráfico 10: Evolução anual dos desembarques da pesca artesanal por grupo de espécies 80
Gráfico 11: Evolução anual dos esforços da pesca industrial 81
Gráfico 12: Evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo de espécies 82
Quadro 3: Evolução anual do rendimento médio da pesca artesanal e industrial 82
Gráfico 13: Evolução anual dos barcos da pesca industrial 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comprimento, largura e superfície por ilha 40
Tabela 2: Divisão administrativa de Cabo Verde 47
Tabela 3: Importação de pescado em toneladas e valor 75
Tabela 4: Evolução anual da exportação de pescado por tonelada e valor 79
Tabela 5: Superfície e proporção das áreas protegidas por ilha e ilhéu 88

LISTA DE SIGLAS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCV	Banco de Cabo Verde
DECRP	Documentos Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGA	Direção Geral do Meio Ambiente
DGP	Direção Geral das pescas
DNA	Direção Nacional do Ambiente
ECV	Escudo cabo-verdiano
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDEPE	Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca artesanal
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIP	Instituto Nacional de Investigação das Pescas
IPH	Índice da Pobreza Humana
MAAP	Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
MIEM	Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	Organisation for Economic Co-operation
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano de Independência de Cabo Verde

PAIGC	Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde
PAM	Planos Ambientais Municipais
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente publicado
PCD	Partido da Convergência Democrática
PGRP	Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRD	Partido da Renovação Democrática
PSD	Partido Social Democrático
PTS	Partido do Trabalhador Social
RDH	Relatórios de Desenvolvimento Humano
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
WCED	World Comission on Environment and Development

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**16**
1.1	PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	19
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	19
1.2.1	**Objetivo Geral**	**19**
1.2.2	**Objetivos Específicos**	**19**
1.3	METODOLOGIA	20
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2	**CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**	**23**
2.1	ALGUNS *INSIGHTS* SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APLICÁVEIS A PAÍSES DE SIMILARIDADES PRÓXIMAS A CABO VERDE	23
2.2	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO	26
2.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO META DO DESENVOLVIMENTO	28
2.4	MODELOS TEÓRICOS APLICÁVEIS À GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	31
2.4.1	**O Zoneamento Econômico Exclusivo de Cabo Verde.**	**31**
2.4.1.1	*Modelos bioeconômicos dinâmicos aplicados à gestão das pescas*	*32*
2.4.1.2	*Capacidade de carga e produção ótima sustentável*	*34*
2.4.1.3	*Desenvolvimento de modelos bioeconômicos aplicáveis à gestão das pescas*	*35*
3	**CABO VERDE**	**39**
3.1	CARACTERISTICAS DO TERRITÓRIO CABO-VERDIANO	39
3.1.1	**História e localização geográfica**	**39**
3.1.2	**Fatores Físicos**	**41**
3.1.3	**Estrutura demografia e cultura**	**42**
3.1.4	**A Organização política e administrativa**	**45**

3.2 ESTRUTURA E ANÁLISE DO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICA DE CABO VERDE 48

3.2.1 Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico 52

3.2.1.1 Indicadores de Desempenho Econômico 53

3.2.1.1.1 Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) 53

3.2.1.1.2 Importação e Exportação 56

3.2.1.1.3 Breve Descrição da Estrutura Setorial da Economia cabo verdiana 57

3.2.1.2 Indicadores de Desempenho Social 60

3.2.1.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 61

3.2.1.2.2 Índice de Pobreza Humana (IPH) 62

3.2.1.2.3 Análise do Sistema de Saúde 64

3.2.1.2.4 Sistema Educativo 65

4 ABORDAGEM ANALÍTICA DO SETOR PESQUEIRO EM CABO VERDE 67

4.1 QUADRO INSTITUCIONAL DO SETOR DA PESCA 67

4.2 DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO 68

4.3 GESTÃO PESQUEIRA NO PAÍS 72

4.4 PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO SETOR DA PESCA 73

4.5 ANALISE DA EVOLUÇÃO DO SETOR PESQUEIRO 76

4.6 COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO 83

4.7 RELAÇÕES TECNOLÓGICAS E AMBIENTAIS DO SETOR DE PESCA 84

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 90

REFERÊNCIAS 93

APÊNDICES 99

ANEXOS 103

1 INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade econômica, tradicionalmente praticada e desenvolvida por muitas comunidades, que tem por objetivo a exploração de recursos naturais aquáticos e marinhos. A atividade é uma fonte fundamental de nutrientes para segurança alimentar, configurando-se, portanto, como uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. Como aponta Filipe *et al*. (2007), desde o começo do século XXI, a cada ano cerca de 90 milhões de toneladas de peixe são capturados no mundo, constituindo-se assim, como a maior fonte de proteínas recolhidas pelos seres humanos, em estado selvagem e destinadas ao consumo.

O peixe é considerado uma excelente fonte de proteína animal que vem contribuindo para a segurança alimentar e nutricional em várias regiões. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), o pescado representa 16,7% de toda a proteína animal consumida por seres humanos no mundo, e 6,5% de proteína total, tanto de origem animal quanto vegetal. Esses indicadores são superiores aos de carnes de suíno, frango, bovino, ovino e caprino, que são as proteínas mais consumidas, respectivamente.

O consumo de peixe está evoluindo cada vez mais no mundo, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos. Como destaca a FAO (2008), nos países desenvolvidos, em que normalmente as rendas são mais elevadas e as necessidades alimentares básicas são atendidas, as famílias buscam maior diversidade em suas cestas alimentares, incluindo o peixe na deita alimentar. Os países desenvolvidos procuram cada vez mais a segurança, a diversidade, o frescor, a rastreabilidade, os requisitos de embalagem e o controle de recursos alimentares, o que confirma seus interesses na expansão do consumo de pescado. Isso quer dizer que, a preocupação do mundo com uma alimentação saudável vem requerendo cada vez mais a inclusão do peixe na cesta diária de refeição.

Segundo informações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2012), estima-se que haverá uma população mundial de nove bilhões de pessoas até o ano de 2050. Isso significa, dentro dos limites do consumo atual de peixe, que a pesca deva ter sua dinâmica de produção mais sustentável, dada a importância do setor pesqueiro para a segurança alimentar.

Para Barreto (1994), a pesca é uma das atividades humanas que mais necessita da natureza. O desequilíbrio ambiental, questões associadas ao desenvolvimento científico, e a explosão populacional, levanta novos desafios sobre a gestão dos recursos pesqueiros. Nos dias atuais, a atividade pesqueira resume parte das preocupações com o processo de crescimento regional, sobretudo, em relação à necessidade de agregar os esforços de preservação dos recursos naturais e à necessidade de exploração desses recursos, no sentido de estimular a adoção de modelos de crescimento que associem as características sociais, ecológicas e econômicas.

Neste sentido, Abdallah (1998), mostra que a atividade pesqueira pode ser explicada como aquela que vai desde a captura até a comercialização e venda do pescado ao consumidor final ou para a indústria. Já para Madruga (2002), a pesca tem sido praticada ao longo do tempo mais como uma atividade de conservação de culturas e da economia de subsistência, do que como uma atividade econômica destinada ao comércio.

A FAO (2017), aponta na sua estatística de aquicultura que, em 2015, a produção mundial de aquicultura foi de 106 milhões de toneladas, com um valor total estimado em US$ 163 bilhões. Dessa produção total 76,6 milhões de toneladas são de animais aquáticos[1], 29,4 milhões de toneladas são de plantas aquáticas[2] e 41,1 milhões de toneladas são de produtos não alimentares[3].

Os dados da FAO (2017), mostram que o crescimento da produção da aquicultura mundial, especificamente de animais aquático, no período de 2001 a 2015 diminuiu gradualmente, e a taxa de crescimento anual média nesse período foi de 5,9%. Essa taxa quando comparada com a taxa de percentual de crescimento das décadas de 1980 e 1990, é significativamente menor. Observando os dados por continente, destaca-se que o crescimento da aquicultura africana, em 2001-2015, atingiu a média de 10,4%, seguido da Ásia (6%) e das Américas (5,7%). O crescimento da aquicultura na Oceania e Europa foram apenas 2,9% e 2,5%, respectivamente, nos últimos 15 anos.

De modo geral, em 2015, a aquicultura mundial dos animais aquáticos aumentou 4%, essa foi o menor crescimento anual nas últimas décadas, especificamente as Américas e Oceania

[1] Peixes, crustáceos, moluscos, ouriços-do-mar, pepinos de mar, rãs e tartarugas aquáticas
[2] Algas e algumas microalgas
[3] Pérolas e conchas

apresentaram crescimento negativo (-2,5 e -1,5). Ao se analisar a produção mundial de aquicultura dos animais aquáticos por grupo de espécies, observa-se que o peixe é o tipo mais importante de operação de aquicultura em termos de volume, e em todos os continentes. O peixe representa 67,8% (51 907 471 milhões de toneladas) do total da produção mundial de aquicultura dos animais aquáticos (FAO, 2017).

Em 2015, o maior produtor mundial de peixe foi a China, cuja produção foi de 15,3 milhões de toneladas, seguido da Indonésia com 6 milhões de toneladas, Estados Unidos com 5 milhões de toneladas, Peru com 4,7 milhões de toneladas, Rússia com 4,1 milhões de toneladas, Índia com 3,49 milhões de toneladas e Japão com 3,42 milhões de toneladas. (FAO, 2017). Deste modo, a produção global da pesca foi dominada pelos países do continente Asiático, que produziram 53% das capturas marinhas globais e 66% das capturas no interior.

Para a população cabo-verdiana a pesca é vista como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país, todavia a sua contribuição na formação do PIB é muito baixa. O setor pesqueiro é considerado uma das principais fontes na geração de empregos e renda, principalmente para a população rural. Devido a importância desse setor para o processo de desenvolvimento do país, chama-se a atenção para necessidade de conservação dos sistemas naturais, utilização racional desses recursos marinhos e naturais, exigindo a adoção de modelos de desenvolvimento sustentável que incorporem os aspectos sociais, ecológicos e econômicos.

Para a FAO (2014), o peixe é uma fonte de proteínas e nutrientes essenciais a muitos países pobres da comunidade global, também em Cabo Verde o peixe é a principal fonte de proteína animal consumida. Cabo Verde é um país rico na diversidade pesqueira, reunindo espécies e características que são próprias de regiões temperadas da África e de região das Caraíbas, difíceis de encontrar em outros locais (ALMEIDA *et al*., 2004). Além disso, as atividades da pesca representam fator de fixação da população local, o que determina dentro de determinados limites a estrutura de localização geofísica de muitas comunidades ao longo da costa cabo-verdiana.

Dentro desta contextualização, a proposta da presente dissertação visou desenvolver o estudo e análise do setor marítimo em termos de sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde.

1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Partindo da perspectiva acima, a dissertação busca aprofundar a discussão e análise da temática da pesca em Cabo Verde, a partir da seguinte problematização: qual é a contribuição do setor pesqueiro para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde?

A realização desta pesquisa se justifica pelo fato de Cabo Verde ser um país insular, de origem vulcânica e com pouca disponibilidade de recursos naturais. Assim, o mar torna-se a fonte estratégica e de grande importância para o desenvolvimento. Portanto, levando em conta essa consideração, há necessidade de se persistir em estudar o desempenho do setor da pesca para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país, uma vez que o setor tem relação direta com o mar e a biodiversidade marinha. Embora o peso do setor da pesca no PIB tenha sido relativamente baixo, ele assume um papel de grande relevância no processo de desenvolvimento, principalmente nas potencialidades de geração de milhares de empregos formais e informais, em matéria de segurança alimentar e na geração de divisas via exportações.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução e a participação do setor pesqueiro para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde.

.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a concepção das categorias teóricas do desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentáveis como elemento importante para o desenvolvimento;

- Descrever os fundamentos analíticos pertinentes à gestão de recursos naturais, tendo nos recursos pesqueiros a identificação dos principais parâmetros de políticas destinadas a sustentabilidade e desenvolvimento da economia nacional cabo-verdiana;
- Descrever de forma panorâmica o desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde, a partir de variáveis secundarias;
- Mensurar a contribuição do setor pesqueiro no Produto Interno Bruto;
- Analisar a evolução do setor pesqueiro a partir de algumas variáveis, no período de 2005 a 2014.

1.3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito. Para a realização dessa dissertação, partiu-se de uma breve síntese das correntes teóricas desenvolvimentistas para dar sustentação ao tema pesquisado. Foi utilizada como técnica de coleta de dados a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e descritiva. Para a obtenção dos resultados foi preciso recorrer às informações quantitativas.

Utilizou-se dados das instituições que trabalham com estatísticas voltadas para a temática, como Banco Mundial, Banco de Cabo Verde (BCV), Direção Geral das Pescas, Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)**,** Fundo Monetário Internacional (FMI), Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outras instituições relacionados a temática do trabalho.

As consultas foram feitas através dos dados estatísticos disponibilizados nos relatórios e coletados diretamente dos *sites* das referidas instituições, a fim de trazer um resultado sólido e consistente para leitores que terão contato com o trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental, pois permitiu o aprofundamento de conhecimentos sobre as especificidades setoriais no plano de desenvolvimento de Cabo Verde. Como apontam Lakatos e Marconi (2003) à pesquisa bibliográfica e a utilização de dados

secundários, assim como o levantamento geral de trabalhos já realizados podem fornecer dados importantes sobre o tema, constituindo-se uma fonte indispensável de informações.

Também, ao desenvolver um estudo desta natureza para o país, depara-se com falta de dados atualizados porque o censo é realizado apenas no intervalo de dez em dez anos pelo Instituto Nacional de Estatística, o que tornou difícil a obtenção de dados estatísticos atualizados para o desenvolvimento da pesquisa. E em análise de algumas tabelas, quadros e gráficos não foi especificado porque teve melhoria ou queda, devido a essa falta de informação, algo que poderia ser amenizado com pesquisa de campo para obter essas informações, o que não foi possível fazer aqui e sendo deixado como sugestão para posteriores estudos desta natureza.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação segue estruturada em quatro partes, além desta introdução. O trabalho inicia-se com a presente introdução, onde traz uma breve discussão sobre o tema que foi tratado, assim como, os seus objetivos, metodologia e relevância.

No capítulo 2 foi desenvolvido concepções teóricas que estão diretamente relacionadas ao tema (desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica), também foi abordado modelos teóricos aplicáveis à gestão de recursos naturais. Como o país tem poucos recursos naturais, esse modelo vai apresentar como realizar uma politíca de sustentabilidade do setor pesquiero para Cabo Verde.

Já no capítulo 3 foram abordados dois subtópicos: no primeiro faz-se uma caracterização geral do país, apresentando alguns elementos, tais como: a história e localização geográfica; demografia e cultura; organização política e a divisão administrativa. No segundo subtópico foi examinado a estrutura do desempenho socioeconômico de Cabo Verde, onde se destacam os indicadores econômico e social.

O capítulo 4 trata da abordagem analítica do setor pesqueiro em Cabo Verde. Nesse capítulo foram abordados temas como: quadro institucional do setor da pesca; descrição e caracterização do setor pesqueiro; gestão pesqueira no país; panorama socioeconômico do

setor da pesca; análise da evolução do setor pesqueiro; comercialização do pescado; relações tecnológicas e ambientais do setor de pesca.

Por último, apresentam-se as considerações finais do trabalho. Após estes capítulos, foram apresentados ainda as referências, os apêndices e os anexos.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nesse capítulo faz-se uma síntese sobre o desenvolvimento econômico e inovação tecnológica na ótica da teoria Schumpeteriana, através de uma retrospectiva de fatos econômicos relevantes discutidos por Schumpeter na primeira metade do Século XX. Também foram feitos estudos acerca do desenvolvimento sustentável, considerando que é imprescindível para que tenha um nível de desenvolvimento socioeconômico mais sadio e duradouro a fim de garantir uma boa convivência entre o homem e a natureza, tanto hoje como para as futuras gerações, e por fim foi apresentado os modelos teóricos aplicáveis à gestão de recursos naturais.

2.1 ALGUNS *INSIGHTS* SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APLICÁVEIS A PAÍSES DE SIMILARIDADES PRÓXIMAS A CABO VERDE

Em meados do século XVIII, o conceito de desenvolvimento econômico foi considerado pelos estudiosos na área de ciências econômicas como sinônimo de crescimento econômico. Porém desenvolvimento tem uma concepção mais abrangente, são conjuntos de elementos que caracterizam o desenvolvimento econômico e social de um país (melhorias, em saúde, educação, saneamento básico, segurança, infraestruturas de mobilidades, telecomunicação e energia elétrica, etc.), e esses elementos devem ser trabalhados em conjunto a fim de reduzir, gradativamente, o nível dificuldades enfrentadas nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Por isso, torna-se imperativo a compreensão do que se trata de crescimento econômico e a partir de que momento pode-se falar no desenvolvimento econômico e social que é a transformação do crescimento em melhorias que geram bem-estar comum para sociedade.

Tomando como ponto de partida o conceito de crescimento econômico de Adam Smith, em 1776, que procura entender a causa das riquezas das nações, então, pode-se sucintamente dizer que crescimento econômico refere-se ao aumento da capacidade produtiva da economia, que pode ser medido em termos do Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, renda nacional, crescimento da forca de trabalho, dentre outros. Na concepção de Smith crescimento e desenvolvimento são vistos como sinônimos. Mas o conceito de desenvolvimento pode ser ampliado quando se considera outros elementos na análise.

Na visão do economista indiano Amartya Sen, o desenvolvimento é além da acumulação da riqueza apresentada através de indicadores de renda. Para o autor a riqueza apenas oferece a oportunidade de viver bem, porém não para sempre. Desenvolvimento é como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000, p. 17). Ele afirma, ainda, que a liberdade é o meio e fim para o desenvolvimento.

Das liberdades instrumentais que o autor julga ser necessário para o processo de desenvolvimento, ele aponta o mais elementares: liberdades politicas, disponibilidade econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção da segurança. E essas liberdades instrumentais ligam-se um ás outras e com fins e integridade da liberdade humana em geral (SEN, 2000, p. 11).

Para Schumpeter enquanto crescimento econômico está associado à expansão, o desenvolvimento acontece através de inovações que seja capaz de provocar uma radical transformação na produção ou comercialização de um bem. Nas palavras do próprio Schumpeter desenvolvimento econômico é,

> (...) uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado do equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

No processo de desenvolvimento do sistema capitalista observou-se que alguns países são considerados ricos (desenvolvidos) e outros pobres (subdesenvolvidos), bem como também se observou disparidades dentro de cada país. Assim o conceito de desenvolvimento estritamente econômico passa a ser questionado.

Mostrando que o conceito de desenvolvimento é mais abrangente que o de crescimento, Furtado (1961), cita que a liberação de recursos para investimento está longe de ser condição suficiente para garantir um futuro melhor para população. Ele considera que, quando o projeto social prioriza a melhoria das condições de vida das populações, o crescimento é transformado em desenvolvimento.

Na concepção de Sachs,

> O crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem o crescimento, no entanto, o crescimento

> não garante por si só o desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de igualdade social, desemprego e pobreza crescentes (SACHS, 2004, p. 71).

Na visão de Rostow (1978), os países passam por cinco etapas de desenvolvimento econômico: sociedade tradicional, que é uma etapa baseada em atividades de subsistência; pré-condições para o arranque, essa etapa engloba sociedades em pleno processo de transição; arranco, essa etapa demostra que as resistências ao desenvolvimento são ultrapassadas; marca para a maturidade, é a etapa em que a barreira tecnológica não é mais obstáculo na produção de bens e serviços, e as forças de expansão econômica passam a predominar na sociedade; e a era do consumo de massa, é nessa etapa que as indústrias produtoras de serviço se desenvolvem.

Admitindo a visão de Schumpeter, entende-se que, o desenvolvimento são transformações na vida econômica que são impostas de dentro para fora, através de algum agente econômico. Percebe-se, dessa maneira, que é um processo endógeno, bem diferente daquele verificado pelos autores neoclássicos (SCHUMPETER, 1985).

O desenvolvimento econômico, sob a ótica de Schumpeter (1982), manifesta-se no momento em que o fluxo circular é desestabilizado e o equilíbrio é rompido, ou seja, o sistema econômico se desenvolve a partir do momento que as mudanças se fazem presentes. Na visão do autor, o processo de desenvolvimento econômico é algo que resultava de ciclos que eram formados por transformações endógenas ao sistema econômico, frutos de inovações, onde as etapas recessivas de economia representavam momentos em que os processos produtivos se tornavam obsoletos e precisavam ser superados. Ou seja, por meio da destruição criativa abandonando práticas antigas e adotando novas práticas e mais eficientes.

Nesta lógica, Schumpeter (1985) destaca que o desenvolvimento é um fenômeno diferente, inteiramente suspeito no fluxo circular ou para a tendência ao equilíbrio. É uma transformação espontânea e descontínua, que perturba o equilíbrio, e que particularmente altera e desloca para sempre o equilíbrio que já existe. Essa transformação surge somente na esfera da vida industrial e comercial e não na esfera das necessidades dos consumidores pelos produtos finais.

Celso Furtado (1961), no seu livro Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, propôs que a ideia do desenvolvimento é composta em dois períodos históricos e está profundamente associada com o procedimento de racionalização que representará o mundo moderno. No primeiro período, a racionalidade se difundiu pelo objetivo econômico definido com clareza e pela adoção da acumulação de capital como meio de alcança-lo, e é o período da Revolução Comercial. A acumulação de capital é vista como uma variável chave para o processo de desenvolvimento econômico, sendo assim é através deste processo que a taxa de mudança tecnológica se acelera beneficiando toda a economia. No segundo período, com a Revolução Industrial, a racionalidade se manifesta em um meio mais racional de atingir o lucro: a aceleração do crescimento torna sistemática a integração de novas tecnologias e o decorrente aumento da produtividade passa a ser uma situação de sobrevivência das empresas.

Com isso, pode-se constatar a importância da tecnologia para o desenvolvimento de uma nação, que também pode ser identificado pela qualidade de vida e bem-estar social. Enfatizando que o crescimento econômico expresso em Produto Interno Bruto - PIB e per capita são importantes, e são condições necessárias para existência do desenvolvimento, porém, não suficientes. Precisando, no entanto, de análises mais aprofundadas e levar em consideração alguns indicadores como os de saúde, educação, concentração de renda, nível de pobreza entre outros.

2.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Durante muito tempo a inovação tecnológica não era objeto de estudo na análise econômica, era considerada uma variável exógena, o assunto ganha relevância após a segunda guerra mundial com as ideias apresentada por Joseph A. Schumpeter. Como é destacado por Jolly *et al*. (2004), foi Schumpeter quem, pela primeira vez a trouxe a inovação tecnológica para o centro da discussão sobre desenvolvimento, mostrando como as inovações estimulam o crescimento da economia. A teoria schumpeteriana é consistente com as observações realizadas sobre padrões de crescimento econômico, pois as economias dificilmente se desenvolvem em uma tendência regular. Ao contrário, elas se desenvolvem através de booms e recessões, passam por período de inovações, de investimento induzido e períodos de estagnação. Exemplos incluem o boom das ferrovias, o boom dos automóveis e mais recente o boom dos eletrônicos.

O conceito de desenvolvimento econômico, na teoria schumpeteriana está fundamentado em três elementos essenciais: novas combinações, o crédito e o papel do empresário. O objetivo central é realizar combinações novas, isto é, interromper a rotina estatística do fluxo circular. Para Schumpeter (1982) o empresário é o agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de inovações, ele é o elemento central na busca de inovações para o desenvolvimento econômico. O empresário inovador é atribuído de uma força de vontade superior à média da população, uma vez que ele enfrenta as dificuldades colocadas pela resistência as mudanças que a coletividade impõe. Desse modo, o empresário maneja o ambiente pelo prestígio social ou, essencialmente, pela esperança dos lucros extraordinários resultantes do sucesso da inovação.

Segundo Reis (2003), inovação é a incorporação no mercado, com sucesso, de novas tecnologias no processo de produção. Para Schumpeter (1934), a inovação e a mudança ocorrem por meio de um espiral de atração mútua, onde um empreendedor de sucesso atrai outro empreendedor e assim os efeitos são multiplicados. Ainda na visão do autor, apenas inovando é que as nações podem crescer permitindo sua diferença frente aos demais países. Assim, destaca-se a relevância da inovação no processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com os autores Bozeman e Link (1984), a invenção é o desenvolvimento de algo novo enquanto a inovação acontece somente quando esta criação é colocada em uso. Schumpeter (1982) diferencia inovação de invenção. Enquanto esta é a criação de um novo artefato que pode ou não ter relevância econômica, aquela refere-se a novas combinações de recursos já existentes para produzir novas mercadorias, ou para produzir mercadorias antigas de uma forma mais eficiente, ou ainda mesmo para acessar novos mercados.

Ainda sobre inovação, Pavitt (1984), aponta que pode ser definida como um produto ou processo de produção novo ou melhorado, comercializado ou usado em um país. Desse modo, por definição, inovação é criar novas combinações, produzindo coisas novas, ou até mesmas coisas de outra forma, ou seja, é fazer combinação de diferentes matérias-primas e forças.

Pela definição observa-se que a inovação é o meio para alcançar o desenvolvimento econômico, trazendo muitos benefícios para a nação. Portanto, entende-se que na busca para o desenvolvimento os países procuram ao máximo aperfeiçoar o seu processo produtivo por meio de aplicação de novas técnicas que possam dinamizar a escala. Como destacado por

Schumpeter (1988), a inovação é um conjunto de novas funções evolutivas que alteram os métodos de produção, criando novas formas de organização do trabalho e, ao produzir novas mercadorias, possibilita a abertura de novos mercados através da criação de novos usos e consumos.

Ao corroborar com a afirmativa de Schumpeter (1982) e trazer mais esclarecimento, Carneiro (2003) observa que para Schumpeter as inovações são caracterizadas como mudanças endógenas, ou melhor, são mudanças descontinuas e não reações a alterações que ocorrem externas ao processo. E essas mudanças provocam reações não adaptativas, que ocorrem dentro do sistema, e são elas que geram as inovações e proporcionam o crescimento. Ainda neste contexto, para Schumpeter (1982), a inovação pode ocorrer de cinco maneiras: a introdução de um novo produto, a introdução de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a conquista de uma nova fonte de fornecimento de matéria, e a consumação de uma nova forma de organização de uma indústria.

Embora os teóricos citado tenham trazido contribuições relevantes para a teoria do desenvolvimento econômico, faz-se ainda necessário apontar alguns elementos que devem ser considerados na abordagem de desenvolvimento. Dessa forma, dedica-se o tópico seguinte à abordagem sobre desenvolvimento sustentável, uma vez que se trata de um estudo sobre análise pesqueira que é uma atividade econômica que ao seu desenvolvimento, precisa dar muita atenção aos aspectos da sustentabilidade ambiental para poder garantir sua continuidade para as próximas gerações, com maior segurança e praticidade. Ainda mais quando se trata de um país como Cabo Verde, que vê nesta atividade uma das formas mais adequadas e disponíveis para alimentação social e alavancagem da diversidade da atividade econômica.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO META DO DESENVOLVIMENTO

O termo Desenvolvimento Sustentável foi citado pela primeira vez em 1987, no relatório Brundtland, efetuado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Segundo consta, o Desenvolvimento Sustentável foi definido por World Comission on Environment and Development (WCED, 1987), como o processo de transformação em que a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e se reforçam com a

finalidade de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as aspirações futuras da sociedade.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável surgiu com o objetivo de propor que as estratégias de desenvolvimento sejam analisadas e repensadas antes de serem implantadas, ou ainda, que estas estratégias observem as necessidades ambientais e sociais do planeta, fazendo com que harmonicamente tragam benefícios para toda a sociedade. Dessa forma, as visões sobre o crescimento devem ser mudadas, com o propósito de pensar mais nas pessoas e nos recursos naturais.

Sachs aponta que o conceito de Desenvolvimento Sustentável

> É baseado no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ele nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional (SACHS, 2004, p.15).

Para Guimarães (2001), o crescimento econômico, embora seja necessário ao desenvolvimento, è considerado muitas vezes o fator pelo qual o desenvolvimento sustentável é ignorado. Destaca que padrão de sustentabilidade pressupõe que o crescimento, definido como incremento monetário do produto é um elemento importante da insustentabilidade atual. Por outro lado, para que tenha o desenvolvimento são necessárias, mais do que a simples acumulação de riqueza, mudanças qualitativas na qualidade de vida e felicidade das pessoas. Aspectos estes que representam mais que as dimensões mercantis transacionais no mercado, incluem dimensões sociais, culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais da sociedade vigente.

Conforme Sandroni (2002), o desenvolvimento sustentável está relacionado com o desenvolvimento, que em seu método não esgota os recursos naturais que consome, e nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer esta atividade no futuro. Daly (1996) invoca que a força do conceito do desenvolvimento sustentável reflete e evoca uma latente mudança na visão da sociedade, é preciso reconhecer que as atividades econômicas humanas são relacionadas com o mundo natural, isto é, com um ecossistema finito e limitado no crescimento. Esta chance de visão envolve a recolocação das normas sobre a expansão do crescimento econômico.

Já na concepção de Veiga (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para século XXI, apesar de defender a necessidade de se procurar um novo paradigma cientifica capaz de substituir os paradigmas do globalismo.

Estes aspectos levam a compreender que o desenvolvimento sustentável é algo que precisa ser levada em consideração por todos os atores de maneira responsável, e não aplicá-lo apenas para expressar aspectos voltados para o meio ambiente em relação a atividades econômicas produtivas. Como mencionado por Sachs (2002), muitas vezes o termo desenvolvimento sustentável é aplicado somente para expressar sustentabilidade ambiental ou viabilidade econômica, porém existem outras formas que devem ser levados em consideração, como: social, cultural, ecológica, territorial, política. Ainda segundo Sachs (2004), o papel do desenvolvimento sustentável está vinculado à sustentabilidade ambiental e à sustentabilidade social. Ainda para esse autor, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser compreendido por meio de cinco pilares principais:

- Social – é fundamental pela perspectiva social, ameaçadora sobre lugares críticos do planeta;
- Ambiental – a relevância está fundamenta em duas dimensões: pelo fornecimento de recursos para a sustentação da vida e pelo agente recebedor dos resíduos;
- Territorial – está relacionado a distribuição de recursos naturais, da população e das atividades no espaço;
- Econômico – viabilidade econômica é a condição indispensável para o funcionamento do sistema;
- Político – a governança como instrumento necessário para o funcionamento do sistema;

Dessa forma, para atingir o desenvolvimento sustentável, o ser humano precisa reconhecer que os recursos naturais são finitos, bem como, precisa repensar o conceito de crescimento, de tal forma, que não traga danos para o planeta.

Após essas concepções teóricos apresentam-se os modelos teóricos aplicáveis à gestão de recursos naturais.

2.4 MODELOS TEÓRICOS APLICÁVEIS À GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

O setor pesqueiro é base importante do estoque de recursos, e, portanto, da oferta de recursos naturais em Cabo Verde. Ele deve ser considerado em razão disso, em termos de sua importância para a geração de rendimentos, divisas, empregos, e para a garantia de segurança alimentar e nutricional, dada a disponibilidade de proteínas animal que é capaz de assegurar ao país.

Não obstante essas vantagens comparativas, a literatura em matéria de gestão de recursos naturais considera recursos pesqueiros como recursos naturais renováveis, uma classificação geral que deve assumir maior dimensão técnica, de maneira a ser efetivamente concebida dentro dos limites da capacidade nacional de gestão, para assegurar persistência na produção e garantir a estabilidade da biodiversidade. Esses pressupostos devem facultar as condições de crescimento e desenvolvimento do setor pesqueiro, a exploração e consumo no tempo, sobretudo de espécies comerciais não ameaçadas. O país deve se dotar de políticas setoriais específicas que potencializem o desenvolvimento econômico nacional e a sustentabilidade geral de seus recursos marinhos.

A análise assim colocada nos termos dos recursos marinhos, e especialmente, dos recursos pesqueiros, deve levar em conta os limites do Zoneamento Econômico Exclusivo (ZEE), que insere o potencial de pesqueiro e a necessidade de preservação da biodiversidade marinha, além do conceito de estoque econômico do setor como base do desenvolvimento econômico. Desse modo, impõe desenvolver consideração sobre a observância, controle e monitoramento do ZEE e a análise da dinâmica de produção e oferta de espécies comerciais como importante fonte da atividade econômica nacional.

2.4.1 O Zoneamento Econômico Exclusivo de Cabo Verde.

Cabo Verde, dispõe de uma superfície territorial de 4033 Km2, porém a sua ZEE tem extensão de aproximadamente 785.000 km². Conforme o Instituto Marquês de Valle Flôr e Plataforma das ONG’s de Cabo Verde (2013), a ZEE se caracteriza como área de águas de oceano aberto com profundida bastante baixa. Apesar de sua vasta ZEE, o país tem estimativa muito baixa sobre o potencial anual de recursos haliêuticos. Segundo o Ministério Nacional

do Planejamento (2015), a Carta de Política de Pesca aprovada pela Resolução nº 17/2014 de 28 de fevereiro, estima 36.000 a 44.000 toneladas de recursos marinhos existentes no país.

Para PANA (2004), esse modesto potencial é explicado pelos seguintes fatores: a fraca extensão da plataforma insular, a natureza vulcânica das ilhas, o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas na região, para além da ausência de cursos de água e da raridade das chuvas.

2.4.1.1 Modelos bioeconômicos dinâmicos aplicados à gestão das pescas

O estoque pesqueiro é uma base de recursos naturais renováveis, como qualquer outra fonte de recursos, considerado neste caso, de estoque de capital natural. Neste sentido, se analisa teoricamente esse estoque de capital natural inserida na compreensão e interpretação teórico-analítica como modelo de gestão e exploração de recursos renováveis, tendo em vista os seus impactos ambientais, sociais e econômicos, resumindo assim, a perspectiva do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento do modelo reflete as abordagens originais e interpretações implícitas do modelo logístico proposto em Clark (1976) e do desenvolvimento sugerido em Pearce & Turner (1990) inerentes às noções de sustentabilidade e concepção de equilíbrio no nível da atividade econômica, em vista da alocação de recursos pesqueiros como fronteira de possibilidades de produção e simultaneamente, como insumo à transformação.

Deve existir uma relação de equilíbrio entre a produtividade natural do estoque de capital natural, entendido como recursos pesqueiros e a taxa de extração – produção, para qualquer estoque de recursos naturais renováveis. A ideia de produtividade natural diz respeito a dinâmica de mortalidade bruta e os ingressos, sobrevivência e crescimento da população de peixes, de modo a permitir a expansão desse capital pesqueiro. Entretanto, a análise e a interpretação no bojo de um modelo simples, pode não expressar a complexidade do sistema de reprodução natural, já que, em se tratando de espécies pesqueiras estritamente comerciais, envolve um conjunto de prestação mútua de serviços ambientais, intra e interespecíficas que caracterizam a ideia intrínseca à biodiversidade, portanto, não estando em causa a análise isolada de dada espécie em si ou do conjunto, que se julga de interesse econômico para o desenvolvimento setorial da economia de Cabo Verde.

A análise se desenvolve essencialmente no contexto da utilização econômica dos recursos naturais, o que significa a realização de intervenções no fluxo de retiradas de recursos pesqueiros dentro de padrões ótimos de produção e consumo, conforme custos de oportunidade e taxa de desconto social, segundo metas de produção persistente.

Em alguns casos, e inseridos no conceito da biodiversidade, algumas espécies devem fazer parte da gestão de conformidade com a finalidade preservacionista, já que os limites de produção não atendem o risco de ameaças de extinção, podendo alternativamente, ser administrado com fins essencialmente de recreação e de proteção marinha. Em se tratando recursos que compõem a base da pesca artesanal e comercial, e, portanto, de natureza econômica, a gestão econômica dos recursos deve obedecer à abordagem de uso conservacionista, buscando a determinação da trajetória de produção máxima sustentável dos estoques e do respectivo uso comercial, respeitando os princípios da sustentabilidade. Entretanto, para Clark (1976), quando se tenta enfatizar o aspecto produtivo na gestão de recursos naturais renováveis, isso implica considerações sobre a abordagem econômica e ecológica.

A gestão do setor pesqueiro inserido dentro da estrutura conceitual de recursos naturais renováveis deve considerar, em primeiro lugar, a dinâmica de variação natural e temporal do estoque, tal como ocorre com a dinâmica de produção e crescimento de populações animais e vegetais. O estoque aumenta se houver certa capacidade regenerativa e de sobrevivência, de modo que é possível a verificação de um processo de acumulação máxima conforme a capacidade de carga do ecossistema.

Se a taxa de exploração for elevada, de maneira a exceder a capacidade de reposição natural, resulta na exaustão dos recursos, mostrando assim, que o problema de extração e de gestão sustentável das pescas deve observar a determinação do nível ótimo, quando a taxa o padrão de explorabilidade situar abaixo da intensidade de reposição natural. É dentro desta estratégia geral que se permite a garantia da persistência do sistema nacional de pesca em Cabo Verde.

O modelo biológico de crescimento oferece a base teórica para a otimização da taxa de crescimento sustentável. A questão fundamental, porém, consiste em identificar os fatores econômicos que afetam a gestão dos recursos pesqueiros. Essa discussão também se baseia nas abordagens de Clark (1976), onde se definem linhas teóricas para a análise e a

interpretação da dinâmica geral de exploração e utilização sustentável de recursos naturais renováveis, direcionando neste caso, a abordagem com enfoque no manejo sustentável e na exploração comercial de recursos pesqueiro em Cabo Verde.

2.4.1.2 Capacidade de carga e produção ótima sustentável

A acumulação do estoque da biomassa em populações pesqueiras tem sempre uma tendência assintótica em convergir para dado nível máximo, conforme a capacidade de carga do ecossistema e do grau de complexidade ecológico e ambiental inerente a cada espécie. Normalmente, o fator regulador do processo de acumulação do estoque de dado recurso ou da biomassa equivalente se resume em parâmetros da competição inter e intraespecífica, e é isso que determina a própria dinâmica de acumulação dos recursos naturais, em se tratando de recursos pesqueiros. Esses fatores em conjunto, determinam o ritmo máximo de crescimento de uma espécie relevante, ou de um conjunto de espécies econômicas, conduzindo deste modo, que se obtenha simultaneamente a produção econômica máxima sustentável.

Por outro lado, a decisão política de produção máxima sustentável nem sempre corresponde as políticas de gestão e controle ótimos, em razão da busca de eficiência que se mostra incompatível à sustentabilidade e persistência na reposição natural. A abordagem essencialmente econômica se orienta na tendência de produção estacionária baseada na mudança técnica, o que induz no incremento crescente do uso dos recursos naturais renováveis. Se os recursos pesqueiros forem extraídos dentro dessa perspectiva, não haveria limites à produção, resultando na exaustão dos estoques existentes. Por isso, o conceito da capacidade de carga deve enfatizar os limites econômicos e ambientais que assegurem o crescimento equilibrado dos recursos pesqueiros.

A política nacional de pescas deve orientar-se nos fundamentos da ecologia e economia pesqueira, com a observância e a incorporação permanente do conceito de capacidade de carga, principalmente associados às espécies de valor comercial e econômico. A política nacional dirigida para o setor de pescas deve definir o grau de intervenção econômica ótima do ponto de vista da explorabilidade, considerando possibilidades de uso de tecnologias sustentáveis para o aproveitamento de diferentes produtos do pescado, quer artesanal, quer comercial, em sintonia com o princípio da integridade do ecossistema marinho que integra o

ZEE. Isso se justifica pela elevada importância biológica dos recursos pesqueiros no plano da preservação da biodiversidade marinha em Cabo Verde.

2.4.1.3 Desenvolvimento de modelos bioeconômicos aplicáveis à gestão das pescas

Quase todos os modelos são baseados na estrutura de crescimento logístico, tendo por base os modelos de Schaefer. Essas formulações permitem extrair fundamentos para a gestão das pescas, manejos de florestas e outras formas dinâmicas de recursos naturais. A abordagem que a seguir se apresenta se baseia nas formulações de Clark (1976) e de Pearce & Turner (1990). A literatura tem indicações e contribuições baseadas em modelos de rendimento excedente de Schaefer, modelos bioeconômicos de Gordon, modelos dinâmicos de Smith, modelos de produção e geração de excedentes, todos baseados na mortalidade e nas suas versões biológica e bioeconômicas, etc.

O fator tempo é introduzido a modelagem, de tal forma, que em se tratando de um modelo logístico, conforme proposta por Verhulst em 1838, se pode assim descrever a estrutura de crescimento de dada população, que no caso aqui se pretende um cardume de valor econômico e comercial. Dentro da dimensão da biodiversidade, este enfoque adquire certa complexidade, porém, a abordagem é simplificada para facilitar a compreensão teórica e analítica no âmbito dum sistema de gestão.

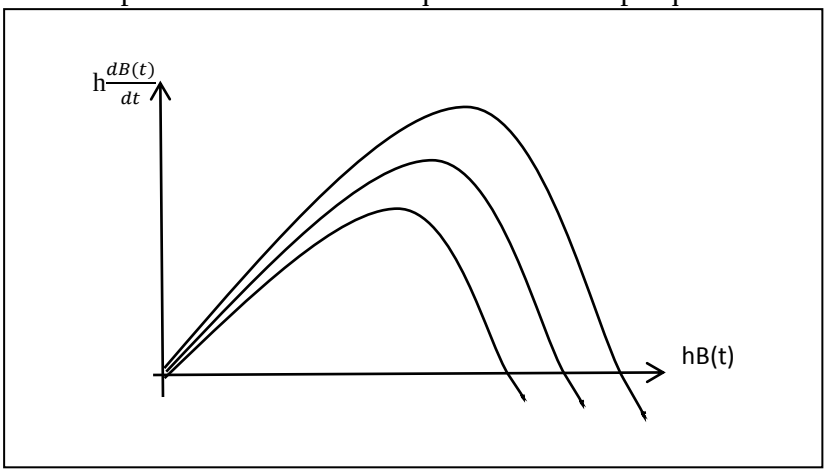
Segundo Pearce & Turner (1990), quando se introduz o fator tempo à análise, isso permite a observação em termos dinâmicos do sistema de produção natural, e do processo pelo qual a taxa de desconto e a atividade econômica poderá impactar a taxa de utilização dos recursos naturais.

Portanto, se **B(t)** for tido como determinado nível do estoque da biomassa de dada população de peixes no tempo **t**, se **r** for a taxa de natural de crescimento desse recurso pesqueiro, e **K**, a Capacidade de Carga, tem-se que a expressão (1) reflete a dinâmica de crescimento dessa população.

$$\frac{dB(t)}{dt} = rB(t)\left[1 - \frac{B(t)}{K}\right] \qquad (1)$$

A expressão (1) pode ser representada graficamente pela Figura (1), que mostra a dinâmica de acumulação da biomassa da população em **B(t)** à medida que **B(t)** varia no tempo. Haverá um nível de B em que a acumulação será máxima, ponto através do qual, **B** passa a decrescer no tempo. Essa abordagem serve de orientação técnica na formulação de políticas especificas de pesca e ao tomador de decisão em matéria de gestão de recursos pesqueiros.

Figura 1: Comportamento de um estoque de recursos pesqueiros no tempo



Fonte: Elaboração própria

Nas condições de exploração dos recursos pesqueiros, segundo o modelo de rendimento excedente de Schaefer (1954), se introduz o termo captura que mede a intensidade de capturas C(t) no tempo. A intensidade de capturas seria uma variável dependente do esforço dado em termos do trabalho artesanal e comercial agregado L(t) e também do tamanho do estoque de pesca existente. Considera-se ainda que ϕ seja o parâmetro de explorabilidade. Desse modo, a expressão (2) sintetizaria a função de capturas agregada ou específica para cada espécie de peixe de importância econômica.

$$C(t) = \phi L(t) B(t) \qquad (2)$$

É, entretanto, difícil a política de controle do parâmetro ϕ e a determinação do equilíbrio da medida do esforço no tempo **L(t)**. Em termos de um recurso economicamente explorável, considera-se finalmente a função que expressa a política de sustentabilidade dada em (3).

$$\frac{dB(t)}{dt} = rB(t)\left[1 - \frac{B(t)}{K}\right] - C(t) \qquad (3)$$

Introduzindo a componente de taxa de captura na expressão (3), resulta na expressão completa dada em (4):

$$\frac{dB(t)}{dt} = rB(t)\left[1 - \frac{B(t)}{K}\right] - \phi L(t)B(t) \qquad (4)$$

Em condições de equilíbrio, $\frac{dB(t)}{dt} = 0$, ou seja, **B(t)** atinge o nível de máxima acumulação e a expressão (4) remete a determinação das variáveis relevantes no estado estacionário dada pela equação completa de equilíbrio em (5).

$$rB_e\left[1 - \frac{B_e}{K}\right] - C_e = 0 \qquad (5)$$

A expressão (5) mostra que a taxa de captura $C_e^* = rB_e\left[1 - \frac{B_e}{K}\right]$. A relação entre a taxa de captura e o ingresso em termos de crescimento da espécie é dada pela expressão (6). A medida de **r*** serve como a reposição das perdas.

$$\frac{C_e}{rB_e} - \left[1 - \frac{B_e}{K}\right] \qquad (6)$$

Ou então, (6a) mostra que a somatória entre o componente que representa a taxa de captura total e o nível de estoque da espécie em termos da capacidade carga deve ser igual a unidade.

$$\frac{C_e}{rB_e} + \frac{B_e}{K} = 1 \qquad (6a)$$

Como a captura total é dada na expressão (2), substituindo-a na expressão (6), se obtém (7), que mostra que o quociente entre o produto do parâmetro da explorabilidade e o esforço de pesca e a taxa de crescimento da espécie, mais o nível de equilíbrio do estoque relativamente a capacidade de carga, devem ser iguais a unidade.

$$\frac{\phi L}{r} + \frac{B_e}{K} = 1 \qquad (7)$$

Desse modo, de maneira simplificada, o modelo bioeconômico de gestão de recursos naturais renováveis orienta para a adoção de políticas de sustentabilidade no sentido de se garantir a

persistência do estoque pesqueiro no tempo. A base do estoque de equilíbrio dependerá, conforme a expressão (8), das seguintes variáveis: capacidade de carga (**K**), parâmetro de explorablidade **(ϕ),** esforço em termos de trabalho (**L**) e taxa de crescimento da população (**r**).

$$B_e = K\left[1 - \frac{\phi L}{r}\right] \qquad (8)$$

As principais conclusões extraídas dessa abordagem teórica aplicável à gestão das pescas é a possibilidade de escolha no marco econômico e legal para a política de pescas em Cabo Verde. O modelo mostra como parâmetros econômicos podem afetar a exploração dos recursos pesqueiros, constituindo-se em importante instrumento de conservação. A sustentabilidade do setor pesqueiro, em termos de intervenção, controle e monitoramento terá lugar apenas, mediante o desenvolvimento de pesquisas para a determinação da taxa de crescimento e ingresso líquido de cada espécie considerada relevantes em matéria do desenvolvimento da atividade econômica. Também, na administração do esforço como elementos de determinação do nível de produtividade setorial e adoção de tecnologias apropriadas (ressalvas ao meio ambiente), estudo inter e intraespecíficos em matéria de reprodução e crescimento, intensidade de capturas, regime legal, políticas de defeso para cada espécie, políticas de incentivos, desenvolvimento de pesquisas marinhas para o conhecimento do domínio dos recursos marinhos existentes, e sistematização de estatísticas que subsidiem na formulação de políticas eficientes de gestão.

Em seguida, descreve e faz-se análise sobre o objeto do estudo deste trabalho, abordando algo que passa pelas suas características geográficas até as questões relacionadas com desenvolvimento socioeconômico e ambiental deste país.

3 CABO VERDE

Após uma breve síntese sobre desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável que são conceitos relevantes para o desenvolvimento e gestão de recursos naturais do país, neste capítulo apresenta-se aspectos referentes a caracterização de Cabo Verde, a sua estrutura, e analise do desempenho socioeconômico.

3.1 CARACTERISTICAS DO TERRITÓRIO CABO-VERDIANO

Nesse subtópico inicia-se fazendo uma apresentação que abrange desde a sua descoberta pelos colonizadores portugueses até sua localização geográfica; em seguida realiza-se levantamentos dos fatores físicos; no terceiro abordam-se os aspectos cultural e demográfico; e no quarto analisa-se a organização política e administrativa do país.

3.1.1 História e localização geográfica

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um arquipélago descoberto em Maio de 1460 por navegadores portugueses, mas o seu processo de ocupação efetiva ocorreu apenas em 1462. Conforme Albuquerque e Santos (2001) o processo de povoamento só se observou mais tarde, devido alguns obstáculos, como o distanciamento em relação ao Reino de Portugal, as condições climáticas, limitações de recursos naturais. Nesse mesmo ano, a ilha de Santiago foi a primeira a ser povoada, por se mostrar a mais favorável ao processo de ocupação.

Já na visão de Hernandes (2005), Cabo Verde teve um povoamento muito lento, marcado pela divisão das ilhas em duas capitanias na época do descobrimento. A capitania do sul, com sede na Ribeira Grande, foi concedida a Antônio de Noli, e a do norte, em Alcatrazes, foi doada a Diogo Gomes. A autora informa que, por volta 1510, o país tinha uma população pequena composta por portugueses, genoveses e castelhanos e, entre outros europeus, e maior parte deles residiam na ilha de Santiago, pertencente a capitania do sul.

Cabo Verde está localizado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 quilômetros da costa ocidental africana. O seu território é constituído por dez ilhas, e cinco principais ilhéus[4] de

[4] Branco; Raso; Luís Carneiro; Grande e de Cima.

origem vulcânica, ocupa uma superfície de 4033 Km^2. Os dados na Tabela 1 referem o comprimento, largura e superfície de cada ilha.

Tabela 1: Comprimento, largura e superfície por ilha

Ilha	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km^2
Santo Antão	42.740	23.970	770
São Vicente	24.250	16.250	227
Santa Luzia	12.370	5.320	35
São Nicolau	44.500	22.000	343
Sal	29.700	11.800	216
Boa Vista	28.900	30.800	620
Maio	24.100	16.300	269
Santiago	54.900	28.800	991
Fogo	26.300	23.900	479
Brava	10.500	9.310	64

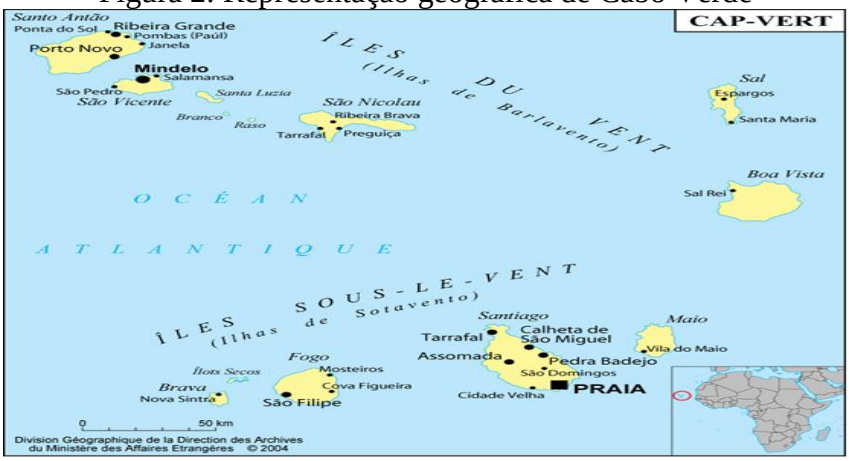
Fonte: Elaboração própria com dados do INE, (2015).

Verificando a tabela, observa-se que a ilha de Santiago é a maior ilha com $991m^2$, representando em torno de 25% do território do país, em seguida vem à ilha Santo Antão com $779Km^2$, representa 19,3% do território nacional e ilha de Boa Vista com $620m^2$. Santa Lúcia é a menor ilha com $34Km^2$, o que representa apenas 0,9% do território nacional.

A capital de Cabo Verde é designada de Cidade da Praia e está localizada na ilha de Santiago, primeira a ser descoberta. Cabo Verde faz parte dos 05 países Africanos de colonização portuguesa. Após muitos anos de luta, em 5 de julho de 1975 o país tornou-se independente, e desde então, tem adotado um percurso de desenvolvimento econômico, com diversas conquistas em diferentes frentes, podendo situar-se hoje entre países com maiores conquistas sociais, avanços nas áreas da democracia, segurança social e econômica.

As 10 ilhas são divididas em dois grupos regionais: Barlavento e Sotavento. A região de Barlavento, situada do lado por onde sopram os ventos, é constituída por seis ilhas: São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Santa Luzia, Boa Vista e Sal, essas ilhas ficam localizadas ao Norte do país; e a região de Sotavento, localizada ao Sul do país, é constituída por quatro ilhas: Santiago, Fogo, Maio e Brava. A ilha de Santa Luzia é a menor como já frisado acima, e não é habitada, servindo apenas para o aproveitamento e desenvolvimento do potencial turístico. Em seguida a Figura 2 apresenta a geografia de Cabo Verde.

Figura 2: Representação geográfica de Cabo Verde



Fonte: Cabo Verde, 2017

3.1.2 Fatores Físicos

Cabo Verde é caracterizado por condições climáticas que variam entre árido e semi-árido, com uma temperatura média anual variando entre 20 a 28 °C. O país é marcado por fortes ventos alísio que sopram o Nordeste, isso acontece geralmente nos meses de janeiro e março. O arquipélago é caracterizado por duas estações durante o ano, uma estação chuvosa que é considerada o tempo das águas, normalmente decorre entre agosto a outubro e a estação seca que é chamado pelos cabo-verdianos, por tempos das brisas, que começa em dezembro e termina em junho, com transição mês de julho.

O solo de Cabo Verde é bastante pobre e é marcada de forte tendência a erosão. Apenas cerca de 10% da superfície do país é utilizada para atividades agrícolas. Os solos são de uma forma geral, pouco evoluído, pouco profundo e bastante pedregoso. Apresentam tendência à alcalinidade, baixa proporção de matérias orgânicas e fraca capacidade de retenção de água, sendo, contudo, ricos em elementos minerais que se encontram bastantes erodidos (SILVA, 2009).

O relevo em Cabo Verde é bastante diversificado, tendo cada ilha a sua especificidade. As ilhas Santo Antão, Santiago, Fogo, Brava e S. Nicolau são vulcânicas, com relevo muito acidentado, possui altas montanhas, vales estreitos e profundos, e grandes planaltos. Já nas ilhas orientais, tais como, ilha do Sal, Boavista e Maio, a superfície é relativamente plana, com pequenas elevações e circundadas por extensas praias marítimas. A maior elevação do país é o vulcão da ilha do Fogo, com 2.829 metros de altura. Outros pontos mais altos do país

estão localizados na ilha de Santo Antão, o Topo de Coroa, com 1.979 metros e na ilha de Santiago, o Pico de Antónia com 1.373 metros.

Cabo verde tem uma vegetação natural muito escassa, devido aos períodos prologados de seca. A fauna no país é composta essencialmente por animais domésticos e não domésticos como pequenos répteis, coleópteros, insetos endémicos e aves, existindo também várias espécies de pequenos símios na Ilha de Santiago. Existem cerca de cento e cinco espécies de aves terrestres e marinhas, das quais cerca de quarenta e duas reproduzem-se localmente. Neste conjunto, vinte e quatro espécies e variedades são endémicas e outras são migratórias, da Europa e África. As tartarugas também são visitantes frequente nos mares das ilhas de Cabo Verde, no interior da ilha de Santiago encontra-se uma pequena comunidade de babuínos. Em Cabo Verde não existem animais ferozes nem venenosos.

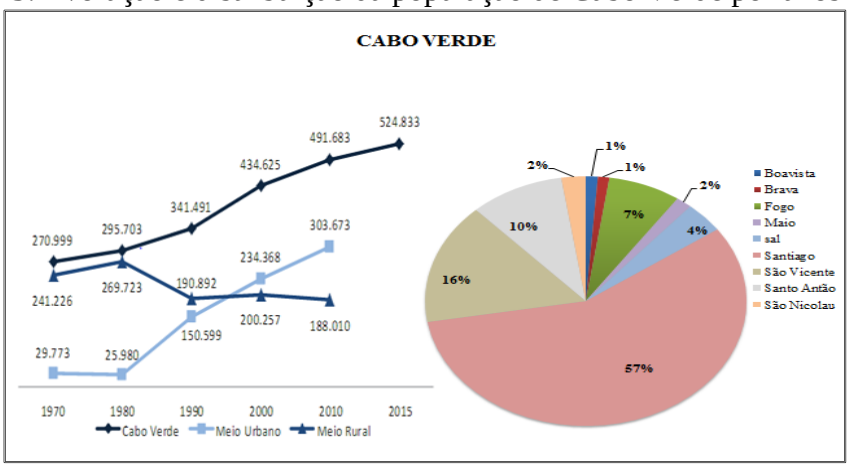
A planta dragoeiro foi a única espécie vegetal sobrevivente da época que Cabo Verde foi descoberta, a maior concentração dessa planta está localizada na ilha de São Nicolau, Brava e Santo Antão. Têm sido levados a cabo, programas de proteção as espécies endémicas e de reflorestamento, em diversos pontos do país em especial na ilha de Maio, que dispõe atualmente do maior perímetro florestal do país.

3.1.3 Estrutura demografia e cultura

Nos últimos cincos anos a população de Cabo Verde evoluiu de forma continua. Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística - INE[5] (2015), a população foi de 524.833 (quinhentos vinte e quatro mil e oitocentos trinta e três) habitantes residentes em 2015 e estão distribuídas em 9 (nove) ilhas. A maior concentração populacional fica na ilha de Santiago e São Vicente, e nelas estão localizadas as duas maiores cidades do pais (ver Figura 3). De 2014 a 2015 a população cabo-verdiana teve um acréscimo de 6.336 (seis mil trezentos trinta e seis) pessoas, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 1,23% no período. A população urbana corresponde aproximadamente 65% da população total, portanto, há uma elevada taxa de urbanização que se deve, principalmente, a migração rural-urbana.

[5] O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem como missão de produzir e difundir informação estatística oficial de qualidade necessária ao conhecimento objetivo duma sociedade em mudança, que ajude os cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura. Em Cabo Verde, os censos são efetuados pelo INE, no período de 10 em 10 anos.

Figura 3: Evolução e distribuição da população de Cabo Verde por anos e ilhas

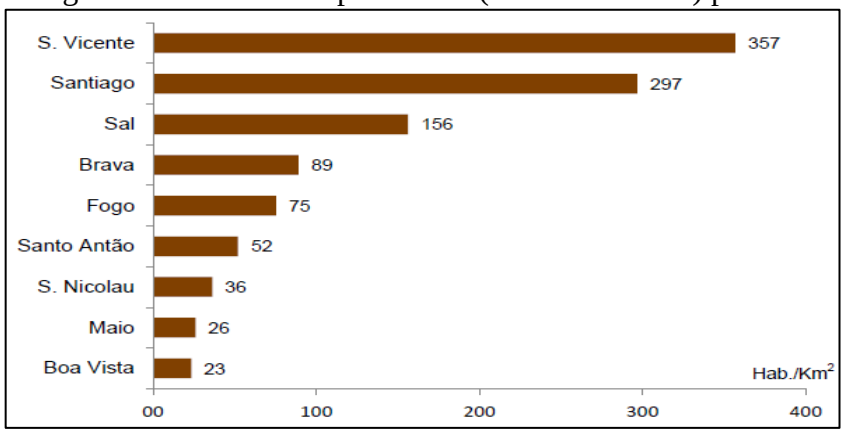


Fonte: INE, 2015.

Os dados do INE (2015), demostram que a idade média da população de Cabo Verde é de 28 anos, onde a população feminina é superior à masculina em apenas 1%. Dos 524.833 habitantes residentes 264.501 são mulheres e 260.332 são homens e a esperança média de vida para os homens é 71 anos e 79 para as mulheres. No país, 49,4% da população residente tem idade compreendida entre os 0 aos 24 anos, 45,2% com idade entre 25 aos 64 anos e 5,4% são pessoas idosos com idade de 65 ou mais. Desse modo, Cabo Verde tem uma população relativamente jovem, com mais de 40% das pessoas na faixa etária inferior a 25 anos. A emigração faz parte da realidade do país, já que, alguns anos atrás a população emigrada era maior que a população residente. Esse cenário ocorre devido à escassez da oferta de mercado de trabalho, resultado da escassez de recursos econômicos.

A densidade populacional como aponta INE no Anuário Estatístico (2015) tem aumentado, com registro de acréscimo de 5% entre 2011 e 2015, alcançando 130,13 habitantes/Km^2 em 2015. A ilha de São Vicente se destacou com a maior densidade populacional, seguido das ilhas de Santiago e a ilha de Boa Vista tem menor densidade populacional. A Figura 4 mostra a distribuição de densidade populacional por ilha.

Figura 4: Densidade Populacional (habitantes/Km^2) por ilha



Fonte: INE, 2015

Como referido anteriormente, Cabo Verde foi descoberto em 1460 pelos navegadores portugueses, época em que não havia indícios da presença humana nas ilhas. Dada a sua posição estratégica nas rotas que ligavam entre si a África, a Europa e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento de tráfico de escravos. Povos com culturas diferentes coabitaram-se no mesmo espaço, o que levou a integração e a comunicação entre eles e, consequentemente limitou-os de alguns hábitos o que ressaltou num choque cultural. Assim se deu origem a Cultura cabo-verdiana através de um conjunto de manifestações culturais resultante da combinação destes povos e seus hábitos correspondentes. Por isso a população teve origem de um processo de mestiçagem entre os colonos europeus e os escravos trazidos de outras da África que se fundiram na expressão que se denomina de Crioulo.

Vários são os elementos que caracterizam essa estrutura cultural, considerando a língua, a música, as danças, as artes, a literatura e ainda os costumes e as tradições. Se por um lado à junção/cruzamento entre os Europeus e os Africanos resultou no que é chamado de mestiço, da mesma forma, aconteceu com "Língua Crioulo", que é uma mistura de português e dialetos africanos. O Crioulo é a Língua Nacional divide-se em dois dialetos com algumas variantes em pronúncias e vocabulários: os das ilhas de Barlavento, ao norte, e os das ilhas de Sotavento, ao sul. Portanto, a língua nacional, ou seja, a língua materna cabo-verdiana é o Crioulo. O Português é a Língua Oficial de Cabo Verde, utilizada em toda a documentação oficial e administrativa. É também a língua das rádios e televisões e, principalmente, a língua da escolarização. Paralelamente, demais meios de comunicação, incluindo a fala quotidiana, utiliza-se o crioulo cabo-verdiano.

A dança e a música são vistas como uma expressão da identidade cabo-verdiana, este último e também resultante da junção entre Europeus e Africanos. Destas manifestações se desenvolveram os seguintes géneros: a morna, a coladeira, o batuque e o funaná. Esses elementos culturais coabitam no mesmo espaço, e fizeram com que se definisse a cultura nacional cabo-verdiana. No domínio religioso predomina o cristianismo, nomeadamente o catolicismo professado por 90% da população. Outras denominações cristãs também estão implantadas no país, com destaque para os protestantes da Igreja do Nazareno e da Igreja Adventista do Sétimo Dia, assim como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), Congregação Cristã em Cabo Verde, Assembleia de Deus, Testemunha de Jeová, Universal e outros grupos religiosos.

3.1.4 A Organização política e administrativa

As ilhas de Cabo Verde tornaram-se independente em 5 de julho de 1975, isso aconteceu devido à forte contribuição de Amílcar Cabral e seus companheiros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Pedro Pires) integrantes do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que lutaram pela independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. PAIGC foi fundada por Amílcar Cabral e seus companheiros, em 19 de setembro de 1956, na Guiné-Bissau, e era um partido que dirigia a luta pela independência em nome de dois povos simultaneamente.

Referindo-se à independência e à política de Cabo Verde, não se pode deixar de mencionar o herói nacional Amílcar Cabral, tendo em vista que, Cabo Verde e Guiné-Bissau tiveram suas independências em razão de forte contribuição desse dirigente africano e seus companheiros que lutaram para a concretização desse objetivo político. Cabral, como é chamado pela população de Cabo Verde, é filho de pais cabo-verdiano e nasceu no dia 12 de setembro de 1924 em Guiné-Bissau na região de Bafatá. Ele dedicou a sua vida inteira pela libertação dos seus povos africanos colonizados sob o regime português, em especial Cabo Verde e Guiné-Bissau. Amílcar Cabral acabou por ser assassinado no dia 20 de janeiro de 1973, em Guiné Conakry. Até hoje as circunstâncias da sua morte estão por esclarecer.

O PAIGC governou Cabo Verde até 1981, altura em que ocorreu o golpe do Estado em Guiné-Bissau, e, como consequência disso, acabou levando a separação política destes dois países em termos da direção do PAIGC, tendo-se criado o Partido Africano de Independência

de Cabo Verde (PAICV). Durante quinze anos, o país viveu sob o regime de partido único de tendência socialista, na medida em que não era permitida a existência de outros partidos políticos. Porém em 1990 teve início o processo de transição da política em Cabo Verde, possibilitando a criação de novos partidos políticos. Em 1991 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias livres, o que concretizou o processo de democratização do país. Conforme Évora (2013), a literatura define que o regime monopartidário cabo-verdiano diferiu dos demais estados africanos, onde se observaram graves situações de violações dos direitos civis e políticos.

Com a transição política ao regime democrático, dois grandes partidos, o Movimento para a Democracia (MPD) e o PAICV passou a dominar o sistema partidário, induzindo o regime ao sistema partidário. Nada impedindo, porém, o surgimento de forças políticas de menor porte, tais como: a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), o Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido do Trabalhador Social (PTS), esses partidos não foram capazes de obter as supremacias obtidas por outros dois partidos.

Conforme a atual Constituição, a República de Cabo Verde é um Estado de direito democrático, soberano e unitário, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, à paz e à justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos. Tomando a vontade popular como suporte, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública. O poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. O Governo é o órgão que define, dirige e executa a política geral interna e externa do país, é o órgão superior da administração pública.

A Assembleia Nacional (Parlamento) é composta com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República. A Assembleia Nacional apresenta uma única Câmara e é constituída por 72 deputados. Jorge Carlos Fonseca é o atual Presidente da República e Ulisses Correia e Silva o Primeiro – Ministro, ambos pertencem ao partido Movimento para a Democracia.

Em termos de organização administrativa, de acordo com Monteiro (2007), no início da independência existiam 14 Conselhos/Municípios e 31 Freguesias[6], porém no ano de 1991 o cenário mudou. Hoje o país encontra-se subdividido em conselhos/municípios, que, por sua vez se subdividem em freguesias. Essa divisão administrativa foi herdada de Portugal, desde a época colonial e se manteve até hoje.

Em 2005 que foi o ano da divisão oficial, contemplam 22 Concelhos/Municípios e 32 Freguesias. Conforme os dados do INE (2015), no ano de 1975 Cabo Verde foi composto por 14 municípios, número que foi crescendo até alcançar 22 Conselhos/Municípios, dos quais 9 pertencem a ilha de Santiago onde se localiza a capital denominada Praia, que tem o maior número de Concelhos/Municípios, 3 na ilha de Santo Antão, 3 na ilha do Fogo e as demais ilhas contém um município cada. A Tabela 2 ilustra a divisão administrativa de Cabo Verde no período de 1975, 1991, 1993, 1996 e 2015.

Tabela 2: Divisão administrativa de Cabo Verde

1975	**1991**	**1993**	**1996**	**2015**
Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
São Vicente	São Vicente	São Vicente	São Vicente	São Vicente
São Nicolau	São Nicolau	São Nicolau	São Nicolau	Ribeira Brava
Sal	Sal	Sal	Sal	Tarrafal de São Nicolau
Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
Fogo	Mosteiros	São Domingos	São Domingos	Praia
Brava	São Filipe	Mosteiros	São Miguel	São Domingos
	Brava	São Filipe	Mosteiros	São Miguel
		Brava	São Filipe	São Salvador do Mundo

continua

[6] Freguesias são as menores divisões administrativas, ou seja, são as subdivisões dos Conselhos e são governadas por uma junta de Freguesia.

				continuação
			Brava	São Lourenço dos Órgãos
				Ribeira Grande de Santiago
				Mosteiros
				São Filipe
				Santa Catarina do Fogo
				Brava.
14	**15**	**16**	**17**	**22**

Fonte: Elaboração própria com dados do INE, (2015)

3.2 ESTRUTURA E ANÁLISE DO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICA DE CABO VERDE

Neste subtópico apresenta-se a estrutura e análise do desempenho socioeconômico de Cabo Verde. No primeiro item, analisa-se os indicadores de desempenho econômico e no segundo, os indicadores de desempenho social. Considera-se pertinente apresentar alguns fatores relevantes na composição dos aspectos abordados.

Cabo Verde é um país pequeno, geograficamente distante de qualquer continente, possui poucos recursos naturais, é dependente de comércio internacional, especialmente necessita importar produtos alimentares, medicamentos, dentre outros bens, e conta ainda com ajuda externa. Desse modo, e diante das dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas que resultaram nas restrições pós-independência em 1975, o país vem procurando e adotando métodos próprios para estimular o desenvolvimento.

O país apresenta características de subdesenvolvimento, cabe ressaltar que, nas últimas décadas Cabo Verde tem sido marcado pelos efeitos da vulnerabilidade econômica, que resultam no crescimento da pobreza, desemprego, fraca base de produtividade, limitação na oferta de recursos naturais, e forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos.

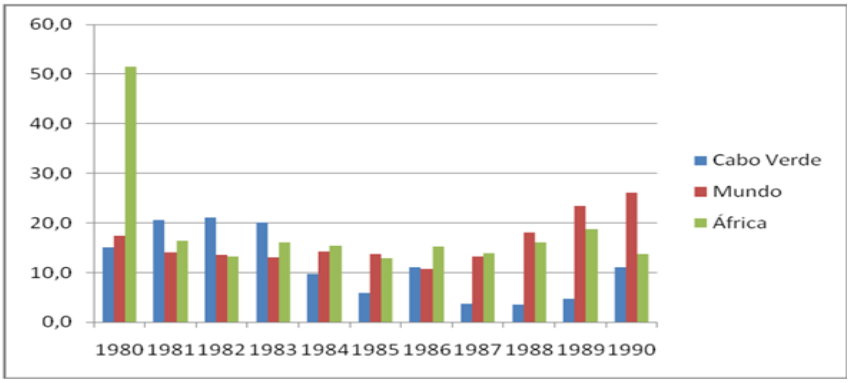
De acordo com o Conselho de Ministros (2001), o país tem alcançado desde a independência, níveis crescentes de desenvolvimento social, econômico, político e cultural, passando a ser mencionado como país que alcançou algum êxito no processo de desenvolvimento, levando em conta a restrição de localização geográfica. Já para López (2002), o modelo de economia que vigorou desde a independência até 1990 refletia uma visão estatizante da economia baseada na ajuda pública ao desenvolvimento, nas remessas de divisas dos emigrantes e na

abertura ao investimento estrangeiro. Desse modo o peso da ajuda externa e as remessas dos emigrantes tornam-se importantes para sustentar a economia. Considerando o conceito de desenvolvimento de Schumepter (1982) e adaptando para o caso empírico de Cabo Verde, embora a independência do pais se configura como uma mudança radical, no entanto não foi ainda capaz de produzir mudanças quantitativas e qualitativas no processo de desenvolvimento.

Na recém independência não houve uma estruturação política macroeconômica, e apenas na década de 1980 começou-se a pensar em planos de desenvolvimento. Conforme Rocha (2008), de 1982 a 1985 foi implementado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o elemento principal desse plano foi a criação das bases para o estabelecimento da infraestrutura e industrialização, redução da pobreza, criação de emprego e fortalecimento do setor empresarial, com aposta nos setores agrícolas, de serviços sociais e de infraestruturas básicas. Os resultados do PND mostraram-se positivos apesar da dependência desses programas às condições externas (remessas dos emigrantes e donativos).

A taxa de variação anual da inflação alcançou indicadores em torno de 19% entre 1980 a 1983, porém, a partir de 1984, passou a ficar estabilizada em torno dos 7%. Os fatores que explicaram a baixa taxa de inflação durante o período, inclusive as mais baixa em relação à média mundial e africana, residiu no fato de que, logo após a independência, as ajudas em bens alimentares foram elevadas, expandindo a oferta de alimentos com efeitos na queda dos preços.

Figura 5: Evolução da taxa anual de inflação medida pelo IPC de Cabo Verde, Resto do Mundo e África



Fonte: BCV (2001)

Foi realizado entre 1986 e 1990, o segundo PND, cujo objetivo era consolidar os ganhos obtidos do primeiro, diversificar a economia e reduzir a dependência, além de uma política de aproximação gradual ao setor privado. Os setores de pesca, da indústria, de serviços e de turismo constituíam a base de crescimento da economia, financiados pelos empréstimos concessionais, remessas, donativos e receitas provenientes da gestão do Aeroporto Internacional do Sal (ROCHA, 2008).

Entre 1990 a 1995, foi elaborado o terceiro PND, plano que permitiu a adoção de um novo modelo econômico, em 1992. Para Rocha (2008), o III PND se fundamentou basicamente na modernização e na internacionalização da economia, sendo o setor privado considerado o agente dinâmico da economia. A manifestação deste método demandava um conjunto de reformas na administração, uma vez que a cultura de gestão estatal se mostrava um obstáculo à iniciativa econômica privada e empresarial, sobretudo, quando se considera a baixa qualidade de oferta dos serviços públicos. Ainda conforme o mesmo autor, outras medidas foram tomadas para a redução do déficit, através de políticas de privatização de empresas públicas, redução do número de trabalhadores e eliminação de subsídios às empresas poucos eficientes. Também foi realizada a reforma do ensino, como a medida de adaptação ao processo de desenvolvimento, expandindo-se a qualificação geral da população, e implantada a reforma da política cambial, que tinha como objetivo principal facilitar à inserção a economia mundial, melhorar a competitividade externa pela desvalorização cambial e aumento da produtividade. Diante de tantos fatores relevantes não é possível afirmar que o processo de desenvolvimento acontece exclusivamente através de ações do agente empreendedor Schumpetiriano.

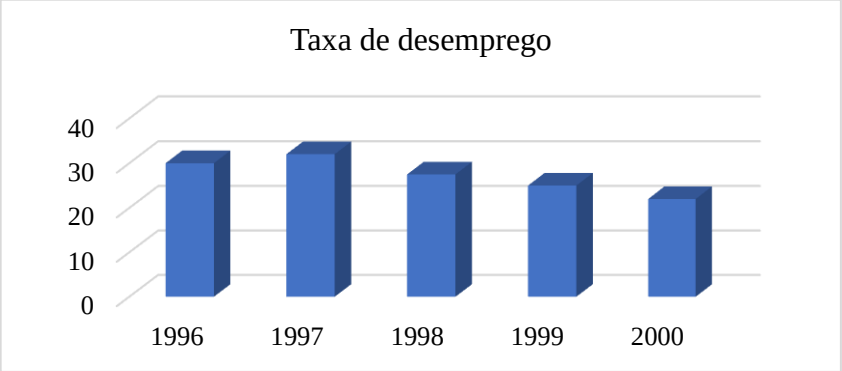
A implementação das reformas resultou numa contínua recuperação econômica após a recessão de 1990. Em 1998 o Ministério das Finanças destacou que, o PIB do país cresceu de modo constante nas últimas três décadas, saindo de 3% em 1992 para 7,8% em 1995. Esse cenário foi porpocionado, conforme Fundo Monetário Internacional (FMI, 2009) por diversas razões: maior demanda interna para o crescimento e inflação média relativamente baixa, 5% ao ano, que se refletiram na aceleração dos investimentos públicos e no reforço do clima de confiança do setor privado.

De acordo com o FMI (2009), a colaboração positiva da procura interna, resultante do processo positivo dos seus principais elementos, foi determinante para o compotamento

favorável da economia, destacando o consumo público como o elemento que mais contibuiu para a expansão da taxa de crecimento do produto. Em relação à procura externa houve também um efeito positiva para o crescimento do produto, resultantes de consideravel crescimento das exportações de bens e serviços.

Desse modo, foram essas as variáveis que mais contribuíram para o desenvolvimento da economia de Cabo Verde na década de 1990, com destaque o ano de 1999, ano de registro de maior taxa de crescimento do PIB, cerca de 12%. Apesar desses resultados positivos obtidos com a política econômica, algumas ações como de infraestruturas e desenvolvimento empresarial não lograram a redução da taxa do desemprego. Segundo Banco de Cabo Verde (BCV, 2001), o desemprego durante o período de 1996 a 2000 alcançou uma taxa média muito elevada, de 27%. O Gráfico 1 retrata o comportamento da taxa de desemprego durante o período de 1996 a 2000.

Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego de Cabo Verde, de 1996 a 2000



Fonte: Elaboração própria com os dados do INE (2000)

Conforme BCV (2009), entre 2000 e 2009 a taxa de crescimento do PIB cresceu de forma muito positiva, com média anual de 6%, devido à dinâmica do consumo das famílias, consumo público, investimentos, exportações e importações. A expansão do PIB e o progresso registrado nas áreas sociais, como setores de saúde, educação, fizeram com que houvesse melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e diminuição nos indicadores de pobreza absoluta.

Como resultado deste progresso contínuo, em 2008, Cabo Verde passou a ser classificado como país emergente, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse novo padrão de classificação mostrou que o desenvolvimento futuro da economia deve se basear na agricultura, nos recursos marinhos e no turismo. O setor do turismo vem se destacando como

atividade de grande potencial para o desenvolvimento, uma vez que, atualmente é o setor de maior crescimento em Cabo Verde, devido às condições geográficas e climáticas que lhe permitem a atração dos investimentos externos. Porém, com a integração de Cabo Verde no *rank* de país emergente, isso deu origem a algumas desvantagens, na gestão, por exemplo, da dívida. De acordo com ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION (OECD, 2007), a dívida externa aumentou em uma média anual de 5% durante o período de 2000-2006, o serviço da dívida também aumentou a taxa média de 6% no mesmo período.

Segundo (BCV, 2007), a dívida externa aumentou 3,8% em 2006 e está relacionada a credores multilaterais (80%) e bilaterais (19%), majoritariamente sob condições concessionais (taxas de juro médias de 1%, para períodos de carência em torno de 5 a 10 e prazo de maturidade média de 20 anos). Credores multilaterais são principais organizações multilaterais, tais como o Banco Mundial, FMI, Nações Unidas, assim como os principais bancos regionais de desenvolvimento, por exemplo, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que oferecem empréstimos altamente concessionais aos países em desenvolvimento; e credores bilaterais são Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como não-OCDE que oferecem mecanismos de financiamento quer menos concessionais quer não-concessionais, incluindo créditos à exportação.

O principal elemento da dívida externa de Cabo Verde corresponde às atividades empresariais de médio e longo prazo, contraídos sob condições favoráveis junto de parceiros de desenvolvimento multilaterais e bilaterais. O peso do serviço da dívida é considerável para o país, atingindo valores superiores a 50% do PIB, o que representa forte preocupação para a administração governamental (OECD, 2007).

3.2.1 Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico

Para analisar o crescimento e o desenvolvimento econômico, social, ambiental de um país ou região exige-se examinar os indicadores de progresso. Desse modo, esse subtópico se divide em dois grupos: 1) grupo de indicadores de desempenho econômico baseado no comportamento do PIB, inflação, desemprego, contribuição setoriais no PIB, remessas de emigrantes; e 2) grupo de indicadores de desempenho social baseado no Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Pobreza Humana (IPH), Sistemas de Saúde e Educativo.

3.2.1.1 Indicadores de Desempenho Econômico

O desenvolvimento econômico é avaliado principalmente através de indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Sendo assim, nesse grupo faz-se a análise do comportamento do PIB, inflação, desemprego, exportação e importação, além de breve análise dos setores chave da economia.

3.2.1.1.1 Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo central de mensurar a atividade econômica de um país ou região. Nele, se consideram apenas bens e serviços finais, excluindo aqueles que dizem respeita aos insumos intermediários.

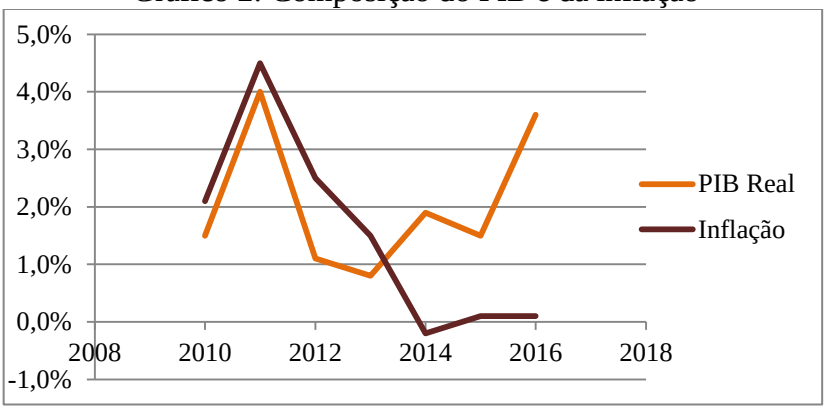
Em Cabo Verde, diversos fatores influenciaram negativamente o PIB nos últimos anos, incluindo a lenta recuperação econômica da Europa, a seca e a erupções vulcânicas. Em 2010, o PIB era de 1,5%, no ano seguinte houve um crescimento de 4% e no ano de 2012 o PIB caiu para 1,1%, em 2013 caiu mais ainda, passando para 0,8%. Houve ligeira recuperação em 2014 quando o PIB cresceu 1,9%. Esse cenário foi impulsionado pela recuperação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e remessas de emigrantes que potenciaram o consumo das famílias (OECD, 2016).

Sendo assim, foram vários fatores que impulsionaram o crescimento da economia do país em 2014. No entanto, em 2015 o cenário mudou de uma forma negativa, o PIB caiu para 1,5% comparado a 2014, com melhoria em 2016. Em 2016 o PIB cresceu para 3,6% comparado a 2015 que foi de 1,5%. O INE (2016) aponta que o crescimento em 2016 se deveu, sobretudo, à expansão registada em atividades agrícolas, indústria transformadora, construção, alojamento e na restauração e administração pública. Mesmo assim, a economia ainda demostrou baixo desempenho por causa da deflação e taxa de desemprego.

Quanto às participações no crescimento do PIB por ramos de atividades. O INE (2016) indica que as contribuições mais expressivas ocorreram nas atividades de agricultura, indústria de transformação, construção, alojamento e restauração, imobiliária e administração pública. Por outro lado, se registraram contribuições negativas e significativas no setor das atividades de pescas, comércio e telecomunicações.

O Gráfico 2 mostra a evolução anual do PIB e da inflação no país. Em termos anuais, observa-se que em 2011, o aumento do PIB de 2,5%, seguido de 2,9% em 2012; uma queda de 0,3% e 1,1% em 2013 e 2014, respectivamente; queda de 0,4% em 2015 e expansão de 2.1% em 2016. Verificando o gráfico percebe-se alguma variação na inflação ao longo dos anos, com taxas relativamente baixas e até negativa em 2014.

Gráfico 2: Composição do PIB e da inflação



Fonte: Elaboração própria com dados da FMI

A taxa de desemprego continua sendo o ponto central do problema de desenvolvimento social. Por longo período, a elevada taxa de desemprego tem sido alvo de grande preocupação social, principalmente em relação à população mais jovens. Pelos dados do INE de 2015, o número de desempregados aumentou 5,1% em 2014; a taxa de desempregado passou de 10,7% a 15,8% entre 2010 e 2014. A taxa de desemprego dos jovens entre 14 a 24 anos continuou crescendo, passado de 34,6% a 50,8% entre 20013 e 2014, um aumento de 16,2%.

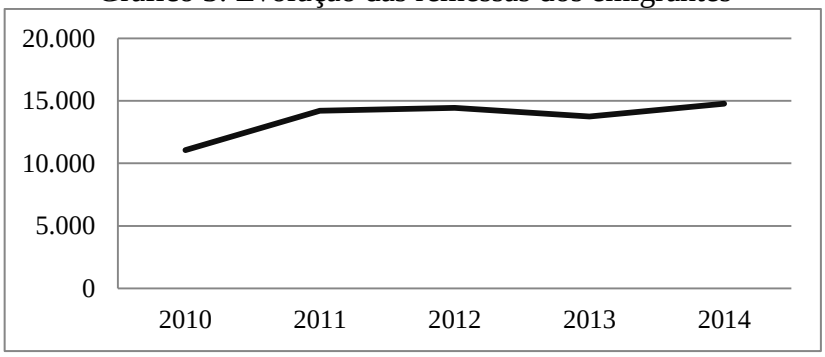
A taxa de desemprego foi menor dentro do género feminino em relação aos indivíduos masculinos. O desemprego entre as mulheres foi de 15,2% em 2010, enquanto entre homens se registrou 16,3%. Por outro lado, na zona urbana a taxa de desemprego foi de 17% e na zona rural foi de 12,4%. Porém, conforme OECD (2016), a taxa de desemprego ainda se manteve elevada, embora com registro de declínio de 16,8%, 16,4% e 15,8%, respectivamente nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Nesse contexto, vale ressaltar a importância e a contribuição das remessas dos emigrantes para o desenvolvimento social e econômico do país. Tendo em vista a tradição migratória de Cabo Verde, as remessas dos emigrantes corroboram de uma forma significativa para a economia nacional. Conforme Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), as

remessas dos emigrantes contribuíram para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, assim como para melhoria do bem-estar das famílias. Ao retornar ao país, os emigrantes geralmente investem suas poupanças, sobretudo, nos setores de construção civil, transportes e de turismo, revestindo-se de grande importância na utilização em termos de geração de empregos, nomeadamente nas regiões rurais das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo.

Pelos dados do INE (2015), as remessas dos emigrantes foram elevadas no intervalo de 2010 2014, quando elas aumentaram em torno de 33,4%; Portugal respondeu por 32,4% desse aumento em 2014. Com exceção da Espanha, todos os demais países tiveram participação crescente nas remessas entre 2010 e 2014. Nesse mesmo período, as remessas provenientes da Europa representaram em média 81,6% do total. Mesmo diante da crise econômica, os cabo - verdianos residentes em Portugal não deixaram de ajudar suas famílias em Cabo Verde. O Gráfico 3 representado demostra a evolução das remessas dos emigrantes no período de 2010 a 2014.

Gráfico 3: Evolução das remessas dos emigrantes



Fonte: Elaboração própria com dados do INE, (2015)

Os dados do Quadro 1 são referentes as remessas dos emigrantes por país de residência, no período de 2010 a 2014. As remessas são maiores entre emigrantes de Portugal, seguida de emigrantes da França e depois, dos Estados Unidos.

Quadro 1: Remessa dos emigrantes por país de residência (2010-2014)

País	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	138	206	199	160	180
Espanha	390	322	247	209	217
EUA	1.838	1.845	2.084	2.208	2.153
França	2.545	2.967	3.400	3.125	3.145
Itália	692	779	898	926	883
Luxemburgo	286	425	419	402	423
Países baixos	893	1.272	1.241	1.186	1.501
Portugal	3.393	4.985	4.627	4.342	4.785
Reino Unido	228	360	265	248	322
Suíça	350	477	462	491	526
Outros	295	525	435	405	562

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2015)

3.2.1.1.2 Importação e Exportação

Por ser de arquipélago constituído por ilhas, uma economia pequena e dependente de ajuda financeira externa, as importações se tornam importantes vetores da economia, ou seja, o principal alicerce para a dinâmica do comercio interno e elemento central de comércio externo.

As importações cresceram 42,2% em 2016. Os bens de consumo representaram 50,8% das importações em 2016, comparando a outros bens (capital, intermédios, combustíveis). As importações de reatores e caldeiras (9,4), combustíveis (9,1%), maquinas e motores (7,6%), ferro e suas obras (6,2%); veículos automóveis (5,1%), cimentos (3,5%), leite (2,9%); matérias têxteis (2,6%), bebidas alcóolicas (2,4%) e arroz (2%). Portugal tem sido a maior fonte das importações de Cabo Verde (INE, 2016).

Em relação às exportações, e em vista de reduzidas bases das exportações, pois são os bens nacionais produzidos e exportados, Cabo Verde se reserva a exportar, basicamente, produtos e conservas de peixe. De 2010 a 2014, as exportações tiveram acréscimo de 72,6%, porém, conforme INE (2016) houve variação -15,4% deste indicador, em 2016. Como as importações cresceram 42,2%, isso induziu ao déficit da balança comercial, que aumentou 50,9%.

Grande parte das empresas exportadoras se concentrada na Ilha de Santiago (54,2%), seguido da Ilha de São Vicente (28,2%). Espanha e Portugal são os países com maior peso nas exportações cabo-verdianas. A Espanha registra aumentos de participação nas exportações,

representando 75,9% das exportações, enquanto Portugal respondeu por aproximadamente 18,6%, o que equivale a 94,5% a participação destes dois países em 2016 (INE, 2016). Os bens mais exportados por Cabo Verde em 2016 consistem de preparos e conservas de peixes com 46,1%, peixes crustáceos e moluscos in natura com 35,2%, vestuários com 10%, calçados e seus componentes 6,5%, e bebidas alcóolicas, com 1,1% (INE, 2016).

3.2.1.1.3 Breve Descrição da Estrutura Setorial da Economia cabo verdiana

Para uma melhor compreensão da economia do país, foi necessária a divisão das atividades setoriais. Conforme Kon (1992), a divisão das atividades em setores primário, secundário e terciário foi sugerida por Colin Clark em 1940. O setor primário corresponde às atividades de agricultura, pesca, pecuária e extração. O setor secundário resume às atividades de transformação; e o setor terciário contém as atividades não relacionadas à produção de bens físicos, como educação, comércio e administração pública, entre outras.

Deste modo, Cabo Verde apresenta uma estrutura econômica que lhe distingue da grande maioria das economias, em função da predominância do setor terciário. Essa característica se deve ao função e dinâmica do setor de turismo, dentre outros, que faz com que o setor terciário se destaque na sua participação no PIB. O INE aponta no Anuário Estatístico 2015, que em 2014 o setor secundário apresentou maior dinamismo, com (7,1% em termos de valor e 6,5% em volume). Isso se deveu ao crescimento da indústria de transformação de pescado, que contou com a entrada de maior número de operadores ao sistema de produção.

O setor primário apresentou evolução positiva nas atividades das capturas de pescado enquanto a agricultura mostrou comportamento de queda. Devido à retração na atividade de alojamento e restauração, explicada pela diminuição dos hóspedes nas entradas e hospedagens, com a consequente queda no faturamento das principais empresas do ramo, a queda no setor de transportes, telecomunicação e, sobretudo, o fraco desempenho no setor dos transportes aéreos, o setor terciário apresentou comportamento negativo (- 0,5% em termos de valor e – 0,3% em volume).

No que se refere à estrutura do emprego, o setor terciário por ser mais intensivo em trabalho gerou mais empregos. Contudo, a geração de empregos no setor terciário ainda mostrou insuficiente para satisfazer os requerimentos de demanda de emprego. Entre 2012 e 2014 o

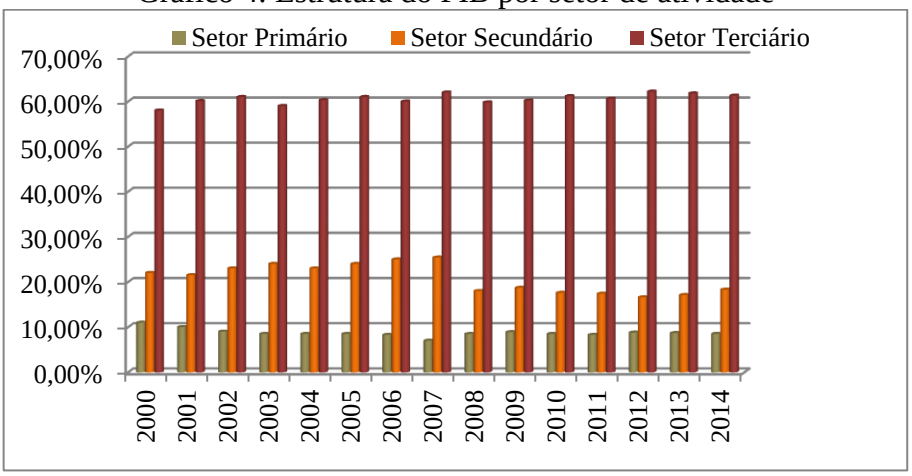
setor terciário registrou a maior taxa de expansão do emprego (61%). O setor secundário contribuiu com 17,8% enquanto o primário deteve 16,7%. Esse desempenho do setor secundário se deu devido a limitações estruturais do setor primário, em decorrência de fragilidades da agricultura e escassez de outras fontes primárias de recursos naturais.

O Gráfico 4 representa a contribuição dos três setores de atividade na estrutura do PIB de Cabo Verde no período de 200-2014. Analisando o gráfico, percebe-se que o setor primário vem diminuindo sua participação no PIB ao longo do período. Conforme INE (2015), em 2000 o setor primário teve contribuição de 11%, porém a partir de 2001 a participação no PIB caiu abaixo de 10%; em 2014 a contribuição diminuiu ainda mais, para 8,5%. Assim, o setor primário teve pouca participação na estrutura do PIB devido às condições desfavoráveis de clima e solo, estiagens prolongadas, escassez de recursos financeiros e tecnológicos. Portanto, foi esse conjunto de fatores que influenciaram de forma negativa o desempenho da agricultura. Mesmo diante destes constrangimentos, a agricultura desempenhou um papel socioeconómico importante para a população cabo-verdiana, principalmente no meio rural, contribuindo significativamente para o bem-estar das famílias e para a diminuição do desemprego rural.

Como destaca o Ministério das Finanças e Planejamento (2004), a agricultura se desenvolve em condições difíceis devido essencialmente à escassez de recursos hídricos e qualidade de solo, às práticas inadequadas de exploração, mesmo sendo a principal base de sobrevivência paras as populações rurais. É diante disso, que Cabo Verde depende da cooperação internacional para a oferta de bens alimentares, tendo em vista a necessidade de contornar as dificuldades de importação em razão da escassez de divisas, e, por outro, assegurar níveis de rendimento mínimo às famílias mais pobres através do financiamento de pequenas atividades de interesse público.

Em Cabo Verde se desenvolve dois tipos de agricultura: sequeiro e regadio. A agricultura de sequeiro é praticada na fase de clima chuvoso e a de regadio no período de estiagem. Segundo OECD (2007), parte significativa do cultivo de sequeiro é realizada em terrenos impróprios; o grau de cobertura, apesar da intensificação de práticas de conservação de solos e da água, ainda não atingiu níveis desejáveis; culturas como, milho, feijão e batata doce representam 93% das áreas cultivadas. Mesmo diante destas limitações, principalmente na agricultura de sequeiro, são atividades ainda de importância para a população rural.

Gráfico 4: Estrutura do PIB por setor de atividade



Fonte: Elaboração própria com dados do INE, (2015)

O setor secundário contribuiu com 22% para o PIB em 2000, resultado que diminuiu em 2014 para 18,3% no PIB, conforme o Gráfico 4. De acordo com o INE (2015), apesar desse decréscimo, foi o setor de maior taxa de crescimento, impulsionado pela dinâmica da indústria alimentar; bebidas e tabaco e também, construção civil. Para Tavares (2011), a construção civil apresentou subsetores de grandes investimentos, mostrando relação direta entre suas taxas de anuais de crescimento e as taxas do crescimento do PIB. Dados do INE de 2015 mostram que o subsetor de construção civil participou com 9,2% do PIB, e, uma vez que, a contribuição do setor secundário em 2014 fora de 18,3% na estrutura do PIB, a participação desse subsetor ficou acima de 50%. Segundo INE (2015), a indústria é o subsetor em franca expansão, crescendo de 2012 para 2014 o subsetor teve um acréscimo de 0,8%, passando de 3,3% a 4,1%. Segundo INE (2015), existem em Cabo Verde 916 empresas operando no ramo da indústria. 18,9% operam no ramo de indústrias alimentares e 26% na fabricação de mobiliário e de colchões. As indústrias alimentares empregam 33,3% do pessoal ocupado no setor industrial e contribui 39,9% do volume de negócios totais da atividade industrial, enquanto as indústrias de bebidas representam 20,1%.

No Gráfico 4 o setor terciário apresenta a maior contribuição na estrutura do PIB. Em 2000 essa contribuição foi de 58% para o PIB e em 2014 passou para 61,3 %. Dessa forma, os dados apontam que a economia de Cabo Verde é orientada no setor dos serviços, nomeadamente para o setor de turismo, já que o crescimento foi impulsionado pelo dinamismo do turismo. Por isso é importante destacar o papel do turismo em Cabo Verde, tendo em vista que, o turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento econômico do país. Conforme Tavares (2011), em Cabo Verde grande parte de oportunidades de emprego

registrada nos últimos anos se concentra no setor dos serviços, onde as mais atraentes e dinâmicas estão associadas ao turismo.

O turismo em Cabo Verde teve início na década de 60, após a construção do aeroporto internacional da ilha do Sal. Devido à insularidade que lhe é inerente, a localização geográfica, o clima, as paisagens, a qualidade do setor hoteleiro, a diversidade cultural e a hospitalidade, fazem com que Cabo Verde se torne atrativo para o desenvolvimento do turismo. Apesar desse potencial de estímulo ao turismo, nem todas as ilhas são favorecidas por este fenômeno de crescimento. Para o INE (2015), em 2014, a maior parte da atividade turística se concentrou em quatros ilhas: Boa vista (76%), Sal (56%), São Vicente (24%) e Santiago (23%).

O turismo tem sido há anos determinado pelo poder público como vetor estratégico para o desenvolvimento. Ao longo da última década tem contribuído para o crescimento, fato comprovado pelos dados do desenvolvimento do PIB turísticos. Entre 2011 e 2014, a contribuição do turismo para o PIB cresceu de 18,7% para 20,97%. Porém, em 2013 essa contribuição aumentou ligeiramente para 21%. Sendo assim, o turismo tem impactos positivos para a economia de Cabo Verde, e pode ser considerado como motor de redução da pobreza, conforme expande seu papel na geração de novos empregos. No período de 2013 a 2015, foram gerados em média 36 mil postos de trabalho anuais (OECD, 2015). Pela relevada importância do setor na participação do PIB deve-se observar os impactos ambientais que podem ser gerados na exploração turística. Convém que os gestores públicos, empresários, e sociedade civil desenvolvam um plano de gestão e preservação dos recursos naturais.

Além do turismo, setores de transporte, comunicação, comércio e atividades financeiras foram outros subsetores que também mereceram destaque dentro do setor terciário em Cabo Verde.

3.2.1.2 Indicadores de Desempenho Social

Este índice visa mensurar o bem-estar ou a qualidade de vida da população. Desse modo, neste grupo faz-se a descrição com base em dados secundários, do IDH, Índice de Pobreza Humana (IPH) e do Sistema de Saúde e Educação.

3.2.1.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi instituído em 1990, e vem sendo desde então publicado anualmente através dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) para todos os países membros da ONU. Esses relatórios são produzidos pelo Human Development Report Office, escritório de pesquisa independente no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desde 1945, a ONU vem se preocupando com questões do desenvolvimento humano e esse índice foi instituído com o objetivo de mensurar comparativamente entre países, a educação, a esperança média de vida, a alfabetização e outros elementos econômicos, como o rendimento *per capita*.

Como menciona o Sen (1998), um indicador decisivo para examinar o resultado integral de uma sociedade, é o indicador simples que apresenta a saúde mundial de uma sociedade, e também, do seu estado de desenvolvimento. Desse modo, a criação do IDH não é apenas para atender o aspecto econômico dos países, porém também para tratar de assuntos relacionados à qualidade de vida das populações.

Cada país é avaliado e classificado em três categorias de IDH, que varia de 0 a 1. A primeira categoria abrange países com baixo desenvolvimento humano, ou seja, quando o IDH for inferior a 0,500. A segunda categoria abrange os países de médio desenvolvimento, e define o intervalo de valores 0,500 e 0,800. Finalmente, a terceira categoria, inclui os países de alto desenvolvimento, quando o índice se definir no intervalo de valores superior a 0,800.

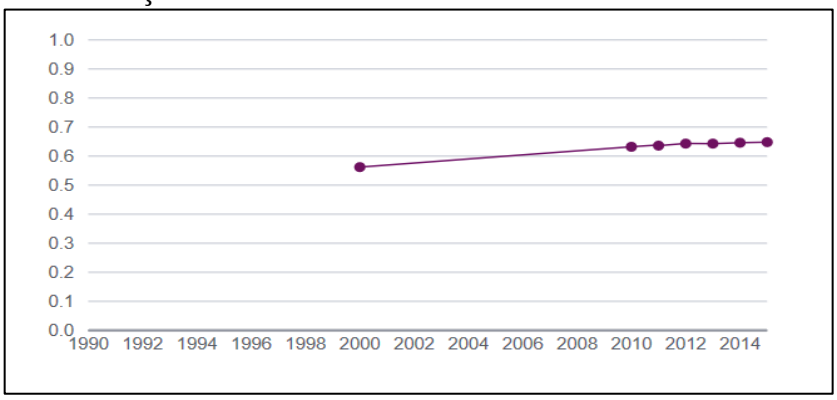
Os dados relativos ao IDH de Cabo Verde têm sido satisfatórios na qualidade. Isso devido ao conjunto de Documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)[7], cujo plano visa diminuir a pobreza e transformar estruturalmente o país, expandindo a base de produtividade. Em 2008, o país registou o oitavo maior IDH da África Subsaariana, tenho melhorado esse indicador para o quinto mais alto (OECD, 2016).

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), o IDH de Cabo Verde melhorou significativamente, em 2000 o IDH era 0,518 e passou 0,648 em 2014. Ainda conforme PNUD o país obteve a

[7] Documento estruturado em torno de cinco pilares: I) Boa Governação (Reforma do Estado e da Nação), II) Capital Humano, III) Competitividade, IV) Infra estruturação Econômica do país e V) Coesão Social (DECRP, 2004).

melhor posição entre os países africanos lusófonos. Cabo Verde se encontra em posição 122ª dentre 187 países classificados. A Figura 6 mostra a evolução do IDH de Cabo Verde no período de 2000 a 2014.

Figura 6: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo verde



Fonte: PNUD (2015)

3.2.1.2.2 Índice de Pobreza Humana (IPH)

O Índice de Pobreza Humana foi criado em 1997 pela Organização das Nações Unidas com intuito de medir a pobreza humana, considerando três dimensões: longevidade - representada pela percentagem de pessoas que morrem antes dos 40 anos; conhecimento - representado pela percentagem de adultos analfabetos; e, nível de vida - representado pela percentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde, água potável e crianças subnutridas.

Embora houvesse melhoria significativa nas taxas de pobreza e de desemprego, os dois continuam sendo fatores preocupantes à administração pública de Cabo verde. O setor público vem definindo planos de combate à pobreza no país. Conforme Furtado (2008), o primeiro plano de combate à pobreza surgiu a partir de 1997, e consistia do Programa Nacional de Luta contra Pobreza (PNLP). Esse plano visava a integração econômica e a melhoria do acesso aos serviços sociais para as pessoas pobres, assim como, a construção de infraestruturas socioeconômicas de base.

Com a finalidade de diminuir a pobreza em Cabo Verde e proporcionar melhor destaque no conjunto das políticas públicas mundiais, a estratégia governativa no combate à pobreza ganhou nova designação e passou a se chamar de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP). Para o INE (2004), essa nova abordagem pretendia harmonizar o

crescimento econômico e o desenvolvimento social do país, visto que o crescimento econômico analisado na década de 90 contribuiu para a redução da pobreza absoluta, porém não da pobreza relativa, tendo-se, portanto, agravada as desigualdades sociais.

Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2008), o DECRP não aborda a questão da pobreza como um fenômeno isolado, mas como uma dimensão específica da orientação global da estratégia nacional de planejamento do desenvolvimento, definida pelas Grandes Opções do Plano (GOP),[8] com o objetivo de responder, sobretudo ao desafio de estimular o desenvolvimento e o crescimento econômico com inclusão, fazendo participar os mais pobres nos benefícios do dinamismo da economia. Aliás, é consensual o reconhecimento de que esta preocupação tem inspirado os sucessivos governos do país, desde a independência nacional, em 1975.

Ainda, de acordo com esta mesma fonte, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) assenta e orienta a sua estratégia e metodologia de intervenção nos seguintes princípios: i) reduzir a pobreza de forma durável e sustentável, ii) combater a pobreza no quadro descentralizado e iii) promover a participação e a coordenação de esforços dos atores e parceiros do Programa.

Conforme o III Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF), realizado pelo INE (2016), as despesas do povo cabo-verdiano no ano 2015 totalizaram montante de 93 milhões de Escudo cabo-verdiano (ECV) (aproximadamente a 7,5 bilhões de dólar). Desse valor 78% corresponde as despesas do meio urbano e 22% do meio rural. Ainda o IDRF demostrou despesas por pessoa de R$182.268 ECV. Comparando o meio urbano e rural, a pesquisa mostrou que no meio urbano as despesas médias anuais por pessoa foram de R$220.097 ECV e no meio rural esse valor foi de R$114.067 ECV. Os homens (R$199.236 ECV) gastaram mais em comparação as mulheres (R$168.356 ECV).

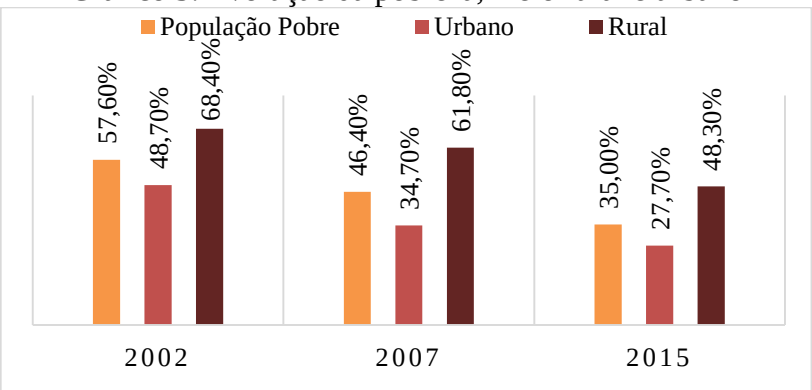
O inquérito mostrou 26% desse total foram gastos com alimentação, 26% destinados a habilitação, água e eletricidade, ou seja, 52% dos orçamentos das famílias foram destinados a

[8] Grandes Opções do Plano visam fornecer o quadro de referência para a execução desse programa e definir a estrutura de base do Plano Nacional de Desenvolvimento, constituindo a agenda estratégica para a atuação convergente das várias áreas da governação. Disponível em: http://www.minfin.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=62&Itemid=100065. Acesso em: 09 de junho de 2017

alimentação e habilitação. A pesquisa mostrou que 33% e 27% do orçamento da população do meio rural foram gastos com alimentação e habilitação, respectivamente.

O Gráfico 5 ilustra níveis de pobreza no meio urbano e rural em Cabo Verde. Pode-se perceber no referido gráfico que, a pobreza em Cabo Verde vem reduzindo anualmente desde 2002 a 2015. Em 2002, do total da população residente em Cabo Verde 57% era pobre; em 2007 reduziu-se para 46,40% e, em 2015 passou para 35%, o que correspondeu a 179.184 pessoas pobres. Maior número de pessoas pobres reside no meio rural, e o fraco desempenho do setor primário tem gerado impactos negativos à população. Estiagens prolongadas e déficit de recursos hídricos têm influenciado a pobreza, uma vez que a agricultura é atividade local relevante.

Gráfico 5: Evolução da pobreza, meio rural e urbano



Fonte: Elaboração própria com dados do INE, (2016)

Do total da população pobre, 53% são mulheres, e estão localizadas na ilha de Santiago (58%) dos qual 21% residem na cidade da Praia, segundo a distribuição que se segue: famílias monoparentais (44%), mais 60% em agregados com seis ou mais pessoas. Apesar de redução verificada no Gráfico 5, a situação de pobreza continua significativa e decorre principalmente de levadas taxas de desemprego e de fragilidades da estrutura produtiva (INE,2015).

3.2.1.2.3 Análise do Sistema de Saúde

De acordo com o INE (2015), o sistema de saúde cabo-verdiano tem apresentado uma evolução positiva de diversos indicadores. Em relação à infraestrutura de saúde em 2009, o país dispunha de dois hospitais centrais e três regionais, dezessete centros de saúde. Em 2013 passou a contar com dois hospitais centrais localizadas na Praia e São Vicente, quatro

hospitais regionais localizados nos concelhos/municípios de Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina e São Filipe e vinte e oito centros de saúde, num incremento de 64,7% de 2009 a 2013.

Há instalações de bases sanitárias em todos os concelhos/municípios. São infraestruturas imprescindíveis para a implementação de políticas públicas de saúde. Em 2013 o país detinha 308 médicos e 594 enfermeiros, acréscimos de 23% e 20%, respectivamente, em relação a 2009. Em 2013, com o aumento do número de médicos e enfermeiros, a razão médica - enfermeiro por 10 mil habitantes assumiu valores de 6,01 e 11,6, respectivamente (INE, 2015). Segundo a mesma fonte INE (2015), a taxa de natalidade diminuiu ligeiramente em 2015, pois entre 2011 e 2015, a natalidade passou de 20,49% e 20,34%. Conforme dados do Ministério de Saúde (2016), a mortalidade infantil entre menores de cinco anos registrada em 2015 foi de 17,5 por mil nascidos vivos, uma redução de 53% de óbitos em comparação a 2014. Essas conquistas foram resultados de programas de melhorias e proteção de saúde das crianças, como o aumento da cobertura de acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente a vacinação, qualidade e disponibilidade de serviços com base na melhoria da rede e das infraestruturas de saúde e o desenvolvimento dos recursos humanos.

Durante o período de 2004 a 2013 a taxa de mortalidade maternal demostrou grande variação. Em 2012 foi observado o indicador de 9,6 por 100 mil nascidos vivos, e em 2009 atingiu a taxa de 53,7. Percebe-se que o aumento da taxa de mortalidade materna se deveu à baixa cobertura de consulta pré-natal (INE, 2015).

3.2.1.2.4 Sistema Educativo

O sistema educativo de Cabo Verde está estruturado e compõe-se de quatro níveis de ensino: a) Ensino Pré-Escolar, ensino básico ou primário, ensino secundário e ensino superior. A finalidade do Ensino pré-escolar é integrar o papel da família à escola no processo de socialização primária. Esse nível é frequentado pelas crianças com idade entre três e seis anos.

b) O Ensino Secundário que a duração de seis anos e é estruturada em três ciclos de dois anos cada. O primeiro ciclo ou tronco comum compreende o 7º e 8º ano de escolaridade, tem a finalidade de oferecer aos alunos orientações escolares para o estímulo de conhecimentos. O segundo ciclo compreende à 9º e 10º ano, quando o aluno define por uma via geral ou técnica.

Na via geral os alunos são preparados para o ensino universitário e na via técnica são orientados para o ensino politécnico, mercado de trabalho e ensino universitário, a depender das escolhas individuais. Finalmente, o terceiro ciclo compreende à 11º e 12º ano e divide-se também por uma orientação geral e técnica. A geral subdivide-se em três áreas: econômica, humanística e social; e técnica consiste de uma abordagem cientifico-tecnológica.

c) O Ensino Superior compreende o ensino universitário e tem a finalidade de assegurar a preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite os alunos para o exercício de atividades profissionais, além do desenvolvimento da capacidade de concepção, inovação, investigação e análise crítica.

O sistema de ensino foi sempre uma preocupação do setor público em Cabo Verde. A educação é um dos principais pilares para o crescimento e a sustentabilidade da economia nacional. Conforme INE (2015), a taxa de alfabetização é considerada satisfatória. Comparando 2010 e 2014, houve aumento de 3,7% em 2010 quando o nível alfabetização era 82,8 % e passou a 86,5% em 2014. Os homens eram 91% alfabetizados em relação a 82% das mulheres. Já em relação aos jovens entre 15 e 24 anos, a taxa de alfabetização em 2014 apresentou melhorias em 1,5%, passando de 96,3% em 2010 a 97,8% em 2014.

Em 2014 o número de estabelecimento de ensino cresceu e foram registrados 526 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 420 unidades de ensino básico e 50 de ensino secundário, que comparados ao ano de 2010 apresentou aumentos de 26 unidades de ensino pré-escolar, queda de 7 unidades de ensino básico e acréscimo de 5 estabelecimentos de ensino secundário. Esse cenário determinou a expansão na contratação de 158 professores para o pré-escolar, redução de 44 professores no ensino básico e aumento na contratação de professores para o ensino secundário.

4 ABORDAGEM ANALÍTICA DO SETOR PESQUEIRO EM CABO VERDE

Terminada a discussão da estrutura e análise do desempenho socioeconômico do país, no presente capítulo apresenta-se a abordagem analítica do setor pesqueiro em Cabo verde. A vista disso, o capítulo está dividida em oito subtópicos: na primeira parte, aborda-se o quadro institucional do setor pesqueiro, na segunda, as descrição e caracterização do setor pesqueiro, na terceira analisa-se a gestão pesqueiro no país, na quarta, apresenta-se a panorama socioeconômico do setor da pesca, na quinta, a evolução do setor pesqueiro, na sexta, aborda-se a comercialização do pescado, e na sétimo e última analisam-se as relações tecnológicos e ambientais.

4.1 QUADRO INSTITUCIONAL DO SETOR DA PESCA

Diversas instituições foram criadas em Cabo Verde com intuito de fazer com que o setor se desenvolva. Em outubro de 1975, após a independência, surgiram as primeiras instituições de apoio ao desenvolvimento do setor da pesca, com a criação de um departamento de pesca no seio da Direção Nacional da Indústria e de Recursos Naturais no Ministério de Economia. Mais na frente, justamente em 1983, foi criada uma Secretária de Estado das Pescas, sob a proteção do Ministério da Economia, cuja responsabilidade é promover o desenvolvimento das pescas e a investigação marinha a partir da direção de biologia marinha.

Em 1986, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, que passou a tutelar a Secretária de Estado das Pescas. No ano seguinte surgiu o Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP). Já o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) foi criado em 1991. O INDP é responsável por: executar, coordenar e controlar as atividades de investigação aplicada e contribuir para o desenvolvimento da tecnologia de pesca, nomeadamente através da concepção, desenvolvimento, testes e divulgação das novas tecnologias no domínio das pescas, desde a avaliação dos recursos até a elaboração de técnicas e métodos de conservação e transformação dos produtos do mar.

Atualmente, o setor das pescas está sob a tutela do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima (MIEM). Outro órgão importante é a Direção Geral das Pescas (DGP). A DGP é a autoridade reguladora do setor das pescas, e tem como responsabilidade de:

- Propor a política das pescas e coordenar as ações indispensáveis à sua execução;
- Elaborar os planos setoriais da pesca e assegurar a sua execução;
- Promover o fomento do desenvolvimento das atividades das pescas no país através da formulação e de execução de planos, programas e projetos que conduzam ao aumento da produção e da produtividade;
- Adotar medidas que permitam a avaliação permanente dos recursos marinhos de forma a garantir a renovação natural dos estoques e aos estabelecimentos dos planos de gestão da pesca;
- Promover atividades de investigação, seleção, adaptação e experimentação de espécies para as condições de diversas regiões do País, bem como, criar sistema, métodos e técnicas que possam aumentar a produção e a produtividade;
- Difundir entre os produtores, de forma sistemática e permanente e pelos termos adequados de comunicação, os resultados de investigação, seleção, adaptação ou experimentação, de forma a motivá-los à adoção de alternativas mais racionais e econômicas para as suas atividades;
- Participar na formulação da política e das normas de crédito à pesca e das modalidades e condições de seguro da produção e da política de preços;
- Proteger as espécies em vias de extinção. Incentivar a transformação industrial e artesanal de produtos da pesca, a prática do associativismo, tendo em vista a racionalização dos custos de produção e a melhoria do padrão de vida dos pescadores.

No quadro institucional do setor pesqueiro incluiu outros atores importantes que operam à escala nacional: Conselho Nacional das Pescas, Instituto Marítimo Pesqueiro e Guarda Costeira.

4.2 DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO

Conforme mencionado, Cabo Verde é um país com poucos recursos naturais, pobre e de pequena dimensão territorial, mas, rico em recursos marinhos, principalmente em termos de variedade de espécies. O setor da pesca vem enfrentando diversas dificuldades que limitam a sua contribuição na formação do PIB. Conforme INE (2015), essa contribuição atingiu no período de 2008 a 2014, 0.8% em média. Apesar desse constrangimento, o setor assume importante papel no processo de desenvolvimento socioeconômica do País, principalmente

pelas suas potencialidades na criação de empregos, na segurança alimentar e na geração de divisas através da exportação do pescado.

O setor pesqueiro em Cabo Verde desenvolve-se por meio de dois[9] sistema de produção: a pesca artesanal e industrial. Segundo Goerez (2008), a pesca artesanal contribui com mais de 80% dos postos de trabalho, direta ou indiretamente, em todo mundo. Em estados costeiros da África, Caraíbas e Pacífico (ACP)[10], a pesca artesanal é essencial às atividades de transformação que abastecem os mercados locais e regionais de peixe. Na África Subsaariana, onde Cabo Verde está inserido, por exemplo, as estatísticas da FAO demostraram que a pesca artesanal assegura até 80% dos desembarques de peixe destinado ao consumo humano direto. Além disso, no caso da África do Oeste, a pesca artesanal, também, desempenha um papel de grande importância no aumento da oferta de peixe fresco aos mercados internacionais remuneradores, como a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia.

Isso demostra que no continente africano a pesca artesanal, além de ser um elemento de grande importância na luta contra a pobreza, é também uma atividade de carácter vital para as populações da região, não somente no plano econômico, mas também ao nível da segurança alimentar.

Em Cabo Verde a pesca artesanal é praticada nas nove ilhas, com exceção da ilha de Santa Lucia, onde não há habitantes. Na visão de Almeida, *et al* (2003), a pesca artesanal é uma atividade de grande tradição em Cabo verde, apresentando uma fonte importante de emprego e, para algumas ilhas, é uma das bases produtivas fundamentais e eixo de desenvolvimento. Em nível do setor, operam pescadores exclusivos e em tempo parcial, em que estes últimos provêm de outros ramos de atividade, constituindo, por vezes, uma alternativa a períodos de entressafras e déficits agrícolas. Os pescadores em regime exclusivo provêm de famílias em que a profissão é exercida de pai para filho, sob sistemas de produção essencialmente familiar.

[9] Existem algumas embarcações chamados de semi-industriais, porque não tem aspectos de embarcações da pesca artesanal e nem da pesca industrial, sendo assim os dados referentes a essa embarcação são computados na pesca industrial.

[10] Os chamados ACP englobam 79 países em desenvolvimento em África, nas Caraíbas e no Pacífico.

Pasquotto e Andrade (2004), entendem a pesca artesanal como um sistema, que tem como elementos os diferentes tipos de pescadores, seus conhecimentos e habilidade técnica, as diferentes técnicas de captura, os equipamentos e recursos naturais.

De acordo com o relatório apresentado pelo INDP (2012) a pesca artesanal é uma atividade essencialmente costeira, com noventa e sete pontos de desembarque. Assim, em 2011, a frota era constituída por 1.239 botes, dos quais 896 eram motorizados, 343 manuais, 3.717 pescadores e 987 peixeiras[11]. A frota nacional de pesca é composta por pequenas embarcações em madeira, de boca aberta e com reduzida autonomia no mar. De acordo com Medina (1996), na pesca artesanal, a frota é constituída por pequenas embarcações (botes) de comprimento que variam entre 3,5 a 8 metros e variando de 1,5 a 2,5 metros de largura, podendo esses botes ser motorizados ou não.

Para Almeida et al (2003), a potência dos motores varia entre 5 e 25 cavalos e podem ser utilizadas manualmente a remos, como ocorre principalmente nas Ilhas de Sotavento ou a velas, sobretudo nas Ilhas de Barlavento. Em Barlavento as embarcações são geralmente de tamanho maior que em Sotavento. Ainda Almeida, *et al.* (2003), os botes operam a pesca de pequenos pelágicos, tunídeos e demersais[12] à linha como também com cerco, rede de praia e rede de emalhar.

No âmbito da pesca artesanal podem coexistir várias formas de realização da produção, devendo-se destacar: a pesca realizada com linha-de-mão, rede de cerco, rede de emalhar e rede praia/arrasto. A pesca feita à linha-de-mão é o sistema mais antigo praticada em Cabo Verde, e é também dos principais meios de subsistência para as comunidades piscatórias do país. Almeida (2003) aponta que as espécies capturadas nesse modelo de pesca são: tunídeos (albacora e serra), peixes demersais (garoupa, moreias, salmonete, charuteiro, sargos e chicharro) que se destinam principalmente ao mercado interno, constituindo a principal fonte de abastecimento de restaurantes e hotéis e de proteínas às populações locais.

Como é citado pelos autores Carvalho e Caramelo (1996), a pesca feita com a rede de cerco foi introduzida em Cabo Verde através de alguns projetos de apoio à pesca artesanal, tendo contribuído para redução da pesca feita com explosivos. As embarcações que utilizam esta

[11] Vendedoras ambulantes.
[12] Referem-se ao grupo que são classificados os diferentes tipos de pescados produzidos no país

arte têm entre 9 a 10m de comprimento e motor fora de bordo. As espécies alvo são os pequenos pelágicos como o charro-olho-largo (*Decapterus macarellus*), melão ou chicharro (*Selar crumenophthalmus*), podendo ainda aparecer nas capturas de pequenos tunídeos.

A pesca com rede de emalhar foi divulgada e realizada pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IDEPE) a partir de 1987. Para Almeida *et al*. (2003), a pesca com rede de emalhar, é um engenho de pesca muito seletivo no que se refere à espécie alvo e ao seu tamanho. INDP (2013), destaca que em 2012 a principal espécie capturada foi o trombeiro (*Spicara melanurus*) e a maioria das capturas com rede de emalhar é realizada na ilha de Santiago.

Ainda no ponto de vista do autor, a pesca por arte de arrasto com rede de praia é uma atividade muito antiga, realizada desde sempre na captura de isco. As espécies alvo são o chicharro (*Selar crumenophtalmus*), que é dominante nas capturas, o charro-olho-largo (*Decapterus macarellus*), a sardinela da madeira (*Sardinela maderensis*), e o charro-mouro (*Decapterus punctatus*). Para além da sua utilização como isco, uma parte das capturas é destinada ao autoconsumo e à comercialização local.

A pesca industrial é realizada com maiores embarcações, com motores geralmente internos e com maior autonomia. INE (2015), destaca que a pesca industrial é constituída por embarcações (botes) de comprimento que variam entre 6 e os 25 metros, a potência do motor interno varia entre os 15 e os 500 cavalos e a arqueação entre 2,5 e 121 toneladas de arqueação bruta, tripulados por 5 a 14 pescadores. Ainda, de acordo com esta fonte, a frota da pesca industrial em 2011, contava com 90 embarcações. Desse número de embarcações, cerca de 47,8% está localizada na ilha de Santiago e aproximadamente 26,7% na ilha de São Vicente. De 2010-2014 a pesca artesanal obteve uma média anual de 4.361 toneladas, enquanto a pesca industrial 6.638 toneladas.

É realizada também, em Cabo Verde, a pesca por países estrangeiros. Conforme Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA, 2004), a frota estrangeira opera com base em acordos ou contratos de pesca com a União Europeia, a China, Guiné-Bissau, Japão, Senegal e Mauritânia. Os navios licenciados são caneiros, cercadores e palangreiros, e as espécies alvo visadas são principalmente os tunídeos e os tubarões. Ainda, de acordo com esta fonte, é permitido que mais de cem navios estrangeiros pesquem no mar de Cabo verde.

Para Almeida, *et al* (2003), a maioria das embarcações pertence aos países da União Europeia e da Ásia. Sendo assim, o país exerce o controle de fiscalização necessária para prevenir e punir infrações cometidas dentro do seu território, nenhum navio é impedido de navegar em Cabo Verde, todos podem navegar livremente desde que respeitem as restrições e requisitos estabelecidos no Código e em legislação.

4.3 GESTÃO PESQUEIRA NO PAÍS

É de grande importância que todos os países ou regiões tivessem normas de operar a atividade das pescas, de forma a evitar os constrangimentos que possam pôr em risco a sustentabilidade dos recursos haliêuticos existentes.

Para Pastor e Martins (2011), a gestão pesqueira no ponto de vista prático, pode ser considerada como um sistema, formado por três elementos: a investigação haliêutica - que realiza os estudos de base e constitui o suporte científico; a administração pesqueira - que define e implementa as normas de gestão e a fiscalização - que controla o cumprimento das normas. Desse modo, para que haja uma gestão eficiente, esses três elementos (a investigação haliêutica, a administração pesqueira e a fiscalização) deverão estar introduzidos e funcionando plenamente.

Como foi citado pelos autores Pastor e Martins (2011), desde a independência que o país tem pensado os recursos haliêuticos como um potencial vetor de desenvolvimento, principalmente a nível socioeconómico, através de vários instrumentos, parte deles desde o período anterior a independência. Os sucessivos governos têm definido princípios orientadores, tendo como objetivo a gestão equilibrada e sustentável desses recursos.

Cabo Verde foi um dos primeiros países a legalizar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ainda em 1987, alcançando assim o direito de estabelecer as regras para a utilização dos seus recursos marinhos, e ao mesmo tempo, fazê-lo de maneira sustentável e responsável. Porém, a gestão da pesca no país aconteceu antes de 1987, como é apontado pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP, 2003), foi no sec. XIX que surgiu a primeira referência, com a publicação da regulação da pesca do coral – Portaria nº 196, de 32/7/ 1879 (DGP, 2005). Ainda, segundo essa fonte, no período colonial, existia um conjunto

de regimentos referentes à regulamentação da pesca de outras espécies vulneráveis, tais como, as lagostas, as baleias e as esponjas; referentes ao estatuto dos pescadores, leis para as autorizações do setor industrial, regulamentando a concorrência através da definição do número máximo de fábricas de conservas por ilha.

Portanto, com a legalização da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei n. º17/III/87), foram criados diplomas regimentais, nomeadamente a primeira Lei-Quadro em matéria de aproveitamento dos recursos haliêuticos: o Decreto-Lei nº 17/87, bem como o Decreto nº97/87, sendo que este define normas para a realização de certas disposições do Decreto-Lei nº17/87. O Decreto-Lei nº53/2005, de 8 de agosto revogou e substitui o Decreto-Lei nº17/87, definindo os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, designadamente as normas de acesso aos referidos recursos e de planificação da sua gestão, bem como, a fiscalização do exercício da pesca e das atividades conexas.

Conforme Pastor e Martins (2011), em fevereiro de 2005, entrou em vigor o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, realizado sob a responsabilidade da Direção Geral das Pescas e adotada cientificamente pela investigação haliêutica realizada, pelo INDP. Ainda, foram desenvolvidos outros diplomas que regularmente as atividades de incidência direta ou indireta sobre o setor das pescas e do ambiente marinho, com a finalidade de assegurar uma gestão sustentável da pesca em Cabo Verde.

4.4 PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO SETOR DA PESCA

Cabo Verde por ser um país insular de poucos recursos naturais, o mar se transforma numa fonte alternativa que pode ser explorado e oferecer grande contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país. Apesar de representar uma contribuição muito baixa na formação do PIB do país, o setor tem um papel de grande importância no desenvolvimento socioeconômico do país, porque desde sempre o setor está sendo trabalhado de um modo estratégico para o processo de desenvolvimento do país. O Quadro 2 representa a contribuição do setor da pesca na formação do PIB de Cabo Verde, no período de 2008 a 2014.

Quadro 2: Contribuição do setor da pesca no PIB do país

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Contribuição da pesca no PIB	0,6%	0,9%	1,0%	0,7%	0,7%	0,9%	0,9%

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2016)

Considerando o Quadro 2, observa-se que a contribuição é muito pequena, em 2008 a contribuição foi de 0,6% e em 2010 a contribuição chegou em 1%, porém a partir de 2011 a contribuição veio a ser menos de 1%, em 2014 a participação do setor foi de 0,9%.

Além dessa fraca participação na formação do PIB, cabe destacar que o setor tem um papel de grande importância na luta contra pobreza. INDP (2013) aponta que as estratégias de desenvolvimento do setor da pesca encontram as suas raízes e os seus grandes eixos de intervenção nas GOP, que atribui um papel importante ao programa de luta contra a pobreza e ao programa de segurança alimentar.

Como consta no Plano de Nacional de Desenvolvimento (PND, 2005), o setor apresenta ainda algumas vantagens como a disponibilidade de capital humano, infraestrutura, que podem ser devidamente usados para explorar as oportunidades existentes e os recursos haliêuticos, (recursos naturais vivos que se encontram na ZEE) de Cabo Verde e que se confinam a redor de todas as ilhas, com uma grande concentração nas maiores plataformas, nas ilhas de Santiago, Boavista, Maio, Sal, S. Vicente e São Nicolau. É de realçar que, os principais recursos do país estão representados pelos pequenos pelágicos tunídeos e demersais.

Em relação a infraestrutura, os melhores portos, instalações de frios, produção de gelo e de transformação estão situados nas três principais ilhas, Santiago (Praia) São Vicente (Mindelo) e Sal (Palmeira). O país conta com duas indústrias conserveiro, uma que está a operar na ilha de São Vicente, cujo nome é Frescomar e a outra na ilha de São Nicolau (Sucla) que é considerada como uma das mais importantes unidades conserveiros do país.

O setor emprega um grande número de indivíduos, disponibiliza alimentos, e ainda tem uma participação significante nas exportações do país. Conforme o INE (2015), em 2014, a população empregada no setor da pesca era formada maioritariamente por pescadores artesanais, 3.717, fixando-se 1.092, o número de pescadores envolvidos na pesca industrial. Somando o número de pescadores, as vendedoras de pescados, empregados na indústria e

administrativos do setor, atinge à um valor próximo de cinco mil seiscentos e vinte e quatro (5.624) empregos diretos nesse setor.

O país também faz importações de peixes vivos, secos, congelados, frescos, filetes de peixe, o que mostra que Cabo Verde não é autossuficiente em relação ao consumo de peixe.

A Tabela 3 ilustrada refere-se à evolução da importação por tonelada e valor monetário no período de 2010 a 2014. Verificando a tabela, percebe-se que de 2005 a 2013 as importações por toneladas aumentaram cerca de 56,3%. Em 2005 importava 203 toneladas e em 2013 passou a importar 727,17 toneladas, porém de 2013 a 2014 a importação diminuiu, de 727,17 toneladas em 2013 passou a importar 662,43 toneladas em 2014.

Tabela 3: Importação de pescado em toneladas e valor

Ano	**Peso (Toneladas)**
2005	203,00
2006	257,00
2007	288,00
2008	200,00
2009	384,00
2010	403,60
2011	612,06
2012	660,62
2013	727,17
2014[13]	
Total	**662,43**
Peixes vivos	0,25
Peixes frescos ou refrigerados, expecto, filetes de peixe e outras carnes.	3,38
Peixes congelados, excerto os filetes de peixe e outras carnes de peixe.	97,78
Filetes de peixe e outras carnes de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelada.	205,85
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados ou congelados, seco.	110,93
Moluscos, com ou sem concha, vivos frescos, refrigerado, congelado, seco, salgado.	183,71

Fontes: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

[13] Refere-se à soma por toneladas importadas de peixes descriminados deste ponto à final da tabela referente a 2014.

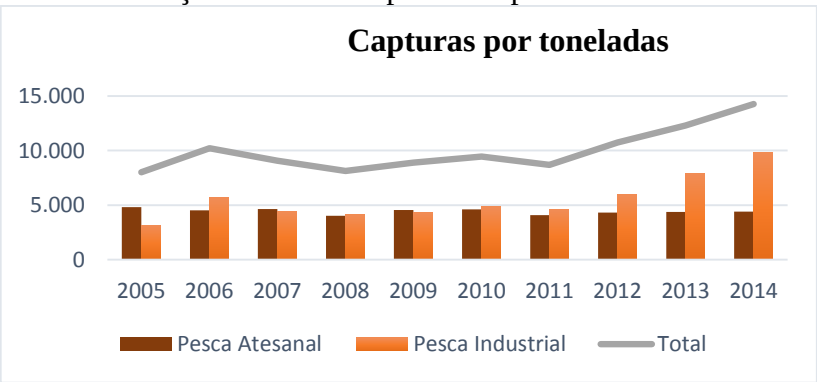
4.5 ANALISE DA EVOLUÇÃO DO SETOR PESQUEIRO

Há muitos anos, a pesca tem sido considerada como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde, pois o setor é responsável por prover alimentos para o consumo interno, emprego, renda, além de se constituir como o recurso natural mais abundante e relevante para a economia do país. De acordo com INPD (2015), a exploração dos recursos pesqueiros, inicialmente, era realizada para garantir a subsistência dos pequenos centros pesqueiros, contudo, na atualidade, o setor além de abastecer o mercado interno consegue gerar excedentes exportáveis.

Levando em conta a relevância do setor pesqueiro para o país e a sua consequente contribuição para a melhoria das condições de vida da população, sobretudo das pessoas residentes em comunidades piscatórias, principalmente na Ilha de Santiago, esse subtópico tem como objetivo principal analisar a evolução do setor no período entre os anos de 2005 a 2014 e de 2005 a 2012, devido à ausência de continuidade de dados. Desse modo, inicia-se apresentando a evolução das capturas da pesca artesanal, industrial e demostrando o total das capturas durante esses dez anos.

Com base na análise do Gráfico 6, verifica-se que no período de 2005 a 2014 houve evolução positiva no montante das capturas, na ordem de 28,10%. Esse crescimento contribuiu de forma positiva na formação da riqueza, do emprego, da segurança e da dieta alimentar, impactando assim, nas condições de vida da população, sobretudo das comunidades piscatórias

Gráfico 6: Evolução anual das capturas na pesca artesanal e industrial



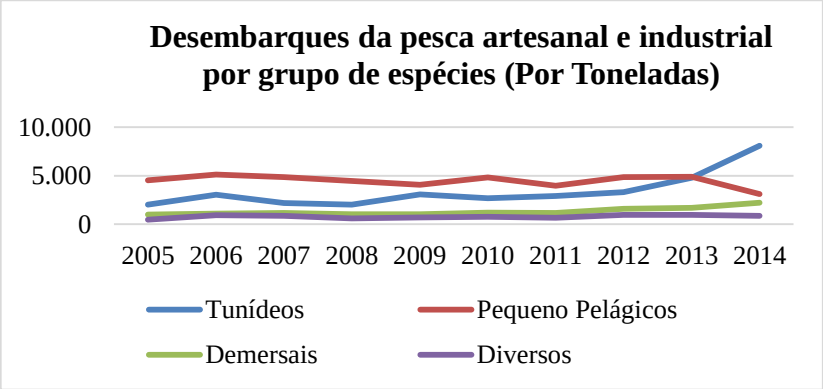
Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Como pode se observar, por tipo de pesca, percebe-se que de 2005 a 2014 a pesca industrial apresentou a maior captura de pescado comparado à pesca artesanal, tendo 3.180 (2005) e 9.840 (2014) toneladas. Nesse mesmo período as capturas de pescado da pesca industrial aumentaram 51%, e 2014 representou o ano de maior captura. Em contrapartida, a pesca artesanal vem diminuindo, passando de 4.822, em 2005, para 4.418 toneladas, em 214. O ano de 2005 representou o período de maior captura.

Observou-se também que, de modo geral, durante o período estudado, as capturas da pesca artesanal não alcançaram 5.000 toneladas. Isso porque, a pesca artesanal é uma atividade realizada com motores de pouca potência em pequenas embarcações, contando, no mais, com o esforço e o empenho dos pescadores.

Os dados do Gráfico 7 evidenciam a evolução dos desembarques da pesca artesanal e industrial por grupo de espécies no período de 2005 a 2014. Identifica-se que a pesca é direcionada, sobretudo aos grupos: Pequenos Pelágicos, Tunídeos e Demersais, que totalizaram 44.610 toneladas no período de 2005 a 2014, sendo 34.097 toneladas dos Tunídeos, 13.162 toneladas das Demersais e 7.842 toneladas os diversos.

Gráfico 7: Evolução anual dos desembarques da pesca artesanal e industrial por grupo de espécies



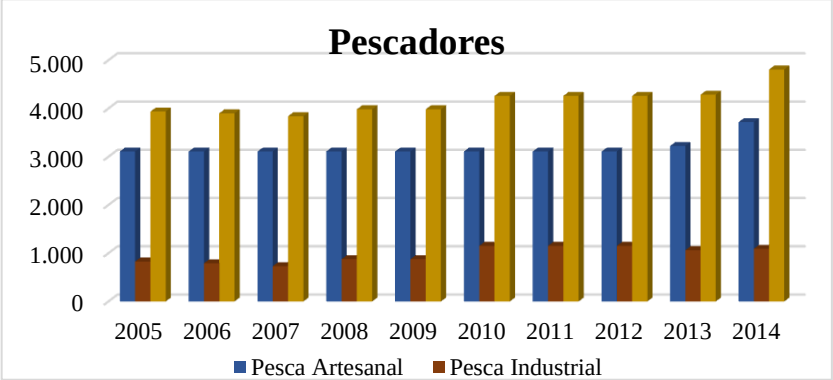
Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Segundo INDP (2013), os principais tipos de peixe capturados no grupo dos tunídeos em Cabo Verde são: *albacora, gaiado, judeu, lobo ou dourado, memma, serra e atum*, no grupo dos pequenos pelágicos são *bonito, cavala branca, cavala preto, chicharro, dobrada, pambo ou corvovado, pelombeta, sardinha ou arenque* e *voador*. Por último, as espécies demersais são composta por: *badejo, barbeiro, barbo, bedja, bentelha, bica da rocha, bidiao, enforcado*

ou *xereu, esmoregal* ou *serze, façola, fanhama, atcho de fundo, garoupa, goraz, manelinho, moreias, papagaio, salmonete* e *sargps.*

Os dados apresentados no Gráfico 8 são referentes a evolução anual dos pescadores no período de 2005 a 2014. Os números dos pescadores, de modo geral, aumentaram, passando de 3.936 em 2005 para 4.809 em 2014. Os dados demostram que a maioria dos pescadores se concentra no grupo da pesca artesanal, pois em 2005 o mesmo contava com 3.108, e em 2014 esse número aumentou para 3.717 pescadores, um crescimento de cerca de 14%. Já a pesca industrial aumentou em números absolutos em 264 pescadores (828, em 2005, passando para 1.092 em 2014). Esse crescimento corrobora com a diminuição da taxa de desemprego e na sobrevivência das famílias devido a geração de renda.

Gráfico 8: Evolução anual dos pescadores da pesca artesanal e industrial



Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Considerando a importância da exportação para o desenvolvimento econômico de um país, em Cabo Verde, os produtos do mar têm significativa contribuição na pauta da exportação. Desse modo, os dados apresentados a seguir dizem respeito a evolução anual da exportação, em ton. e valor monetário no período de 2005 a 2014.

Com base nos dados da Tabela 4, observa-se que houve uma evolução positiva. O valor de exportação de pescado cresceu 65,1% de 2005 a 2014, sendo destas 80,0% referentes a peixes congelados. Pode-se verificar que a partir de 2008 o valor da exportação passou a ser considerado em milhões de ECV. O peso por toneladas da exportação passou de 9.094 toneladas em 2005 para 24.003 toneladas em 2014, ou seja, obteve crescimento em números absolutos de 14.909 toneladas. Cabe salientar que o ano de 2014 foi o ano com maior valor de exportação.

Tabela 4: Evolução anual da exportação de pescado por tonelada e valor

	Peso (Toneladas)	**Valor (ECV)**
2005	9.094	629.985
2006	18.289	956.857
2007	9.776	549.534
2008	17.632	1.681.000
2009	13.578	2.052.896
2010	13.329	1.590.380
2011	13.764	2.038.540
2012	10.583	1.858.870
2013	13.216	2.602.800
2014[14]		
Total	**24.003**	**2.977.890**
Peixes frescos ou refrigerados, expecto, filetes de peixe e outras carnes.	1,5	1,23
Peixes congelados, excerto os filetes de peixe e outras carnes.	23.994	2.954,68
Filetes de peixe e outras carnes de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelada.	0,7	0,15
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados ou congelados, seco.	7,2	21,82

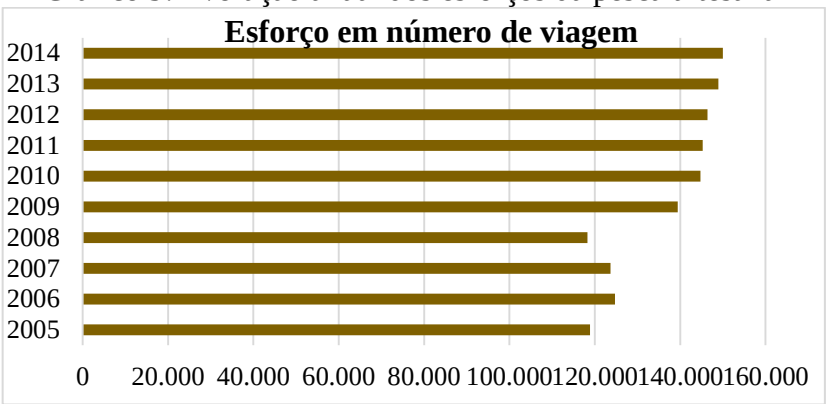
Fontes: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Apesar do aumento nas importações de peixe, o país exporta mais do que importa, o que resulta em saldo positivo da balança comercial do setor pesqueiro. Dados do INE (2015) mostraram que os produtos mais exportados em 2014 foram: peixes, crustáceos e moluscos, representando 44,5% das exportações e os preparados e conservas ficaram na segunda posição com 40,0%.

A Gráfico 9, apresenta a evolução anual dos esforços realizados na pesca artesanal em números de viagens no período de 2005 a 2014. Conforme os dados demonstram, o esforço da pesca artesanal em número de viagem aumentou no período de 2005 a 2012 em decorrência de fatores como o crescimento do número de pescadores e condições climáticas, uma vez que, em períodos de chuva a disponibilidade de peixes torna-se escassa e há maior dificuldade na captura.

[14] Refere-se a soma por toneladas exportadas de peixes descriminados deste ponto à final da tabela referente a 2014.

Gráfico 9: Evolução anual dos esforços da pesca artesanal

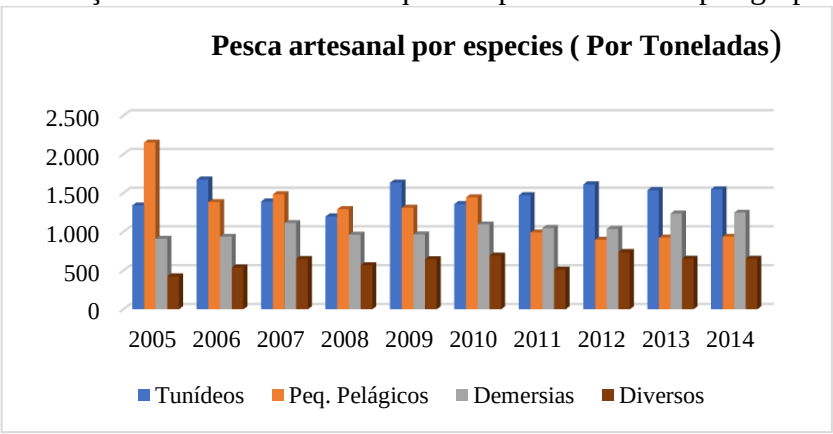


Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Em 2005 o esforço correspondeu a 118.854 viagens, tendo atingido o número de 146.373 viagens em 2012, o que resultou em um acréscimo de 10,4%. Entre 2005 e 2014 se registrou que o maior número das viagens efetuadas na pesca artesanal ocorreu em 2012, com 146.373 deslocamentos ao mar, enquanto que 2005 apresentou o menor número com 118.854.

São apresentados a seguir os dados referentes aos desembarques por grupo de espécies no segmento da pesca artesanal. Como ilustra o Gráfico 10, em 2005 os pequenos pelágicos compuseram a maior quantidade pescada, porém na pesca artesanal a predominância foi dos tunídeos, com o volume total de 10.225,2 ton., enquanto pequenos pelágicos tiveram o total de 7.340,4 ton. O gráfico mostra ainda que no ano de 2006 foi atingido o volume máximo de capturas de tunídeos, com 1.674 ton. As capturas passaram de 1.339 ton. de tunídeos em 2005 para 1.548 em 2014 representando, portanto, uma expansão de 7,2%.

Gráfico 10: Evolução anual dos desembarques da pesca artesanal por grupo de espécies

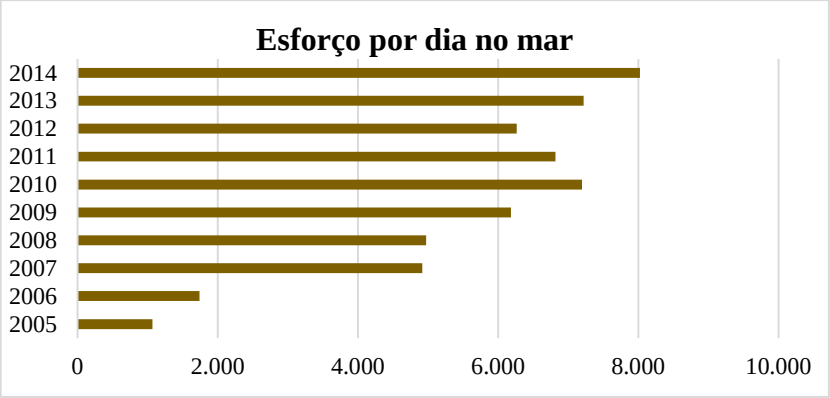


Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

O grupo de pequenos pelágicos foi a segunda espécie de maior captura em Cabo Verde, seguido de demersais e outras espécies (diversos). Nesse contexto, a captura na pesca artesanal mostrou-se diversificada quando comparada à pesca industrial.

Os dados apresentados no Gráfico 11 são referentes à evolução do esforço no segmento da pesca industrial entre 2005 e 2014. Os dados mostram que, entre 2005 e 2012, o esforço (em dias no mar) realizado na pesca industrial cresceu de forma significativa. Em 2005 esse número foi de 1.068 dias, e em 2014, foi de 6.264 dias, o que representou um aumento de 71%. Cabe frisar que, em 2010 se atingiu o nível máximo de 7.197 dias, e em 2005, o menor esforço, com 1.068 dias de mar.

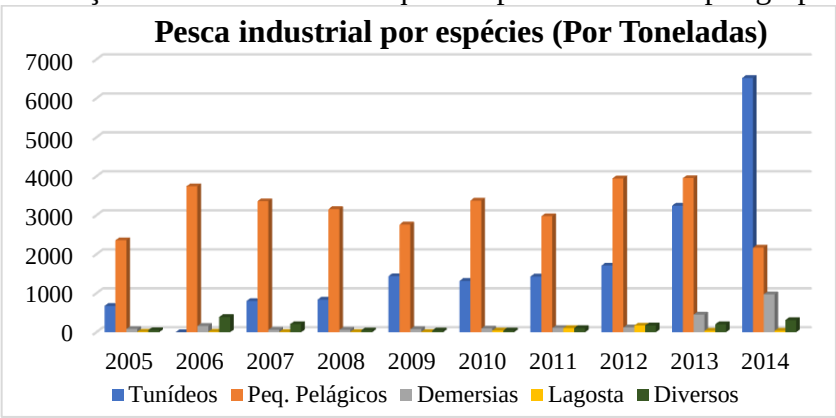
Gráfico 11: Evolução anual dos esforços da pesca industrial



Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Os dados constantes do Gráfico 12 relacionam a evolução da pesca industrial por grupo de espécies, no período de 2005 a 2014. Observando os dados, identifica-se que na pesca industrial há o predomínio de pequenos pelágicos seguidos de tunídeos e demersais. O grupo (diversos) foi o de menor quantidade registrada. Salienta-se que, no ano 2013 foram efetuadas quantidades máximas de capturas dos pequenos pelágicos, com 3.954 ton. Em 2005 foram capturados 2.358 ton.de pequenos pelágicos, tendo alcançado 2.169 em 2014, o que correspondeu a um decréscimo de 4,2%. Porém, em 2013 houve melhoria significativa nestes indicadores. Os tunídeos apresentaram maior valor relativamente às outras espécies (6.524 ton.), o que também correspondeu ao maior número de capturas no período.

Gráfico 12: Evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo de espécies



Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Os dados do Quadro 3 referem-se à dinâmica do rendimento médio da pesca nos dois segmentos. Como se pode constatar no quadro, em 2005 o rendimento médio da pesca artesanal foi de 40,57 kg por viagem e 1,55 ton. por pescador. Comparativamente à 2014, esse valor foi de 29,45 kg por viagem, representando um decréscimo de 15,8%, devido ao aumento das viagens. No mesmo ano as toneladas por viagem ao dia diminuem, passou para 10,74 ton. Ou seja, de 2005 a 2004 o rendimento médio da pesca artesanal caiu.

Quanto a pesca industrial, o Quadro 3 mostra que em 2005 os pescadores produziram 2.978 kg por dia/mar e 3,48 ton. por pescador. Comparado com o ano de 2014, identifica-se que o rendimento médio foi de 1.226 kg por dia/mar, dessa forma ocorreu um decréscimo de 1.752 kg por dia/mar. No respetivo ano os pescadores capturaram 26,95 ton. por dia/mar e cada pescador capturou 9,01 toneladas.

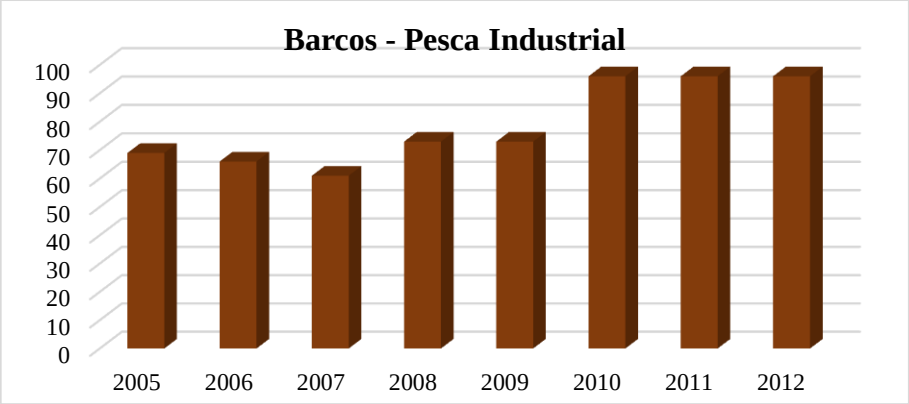
Quadro 3: Evolução anual do rendimento médio da pesca artesanal e industrial

RENDIMENTOS										
PESCA ARTESANAL										
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Kg/Viagem	40,57	36,32	37,46	33,96	32,66	31,90	28,00	29,57	29,37	29,45
Toneladas/Pescador	1,55	1,46	1,49	1,29	1,46	1,49	1,31	1,39	1,36	1,19
Toneladas/ Viagem ao dia	14,80	13,25	13,67	12,39	11,92	11,64	10,22	10,79	10,71	10,74
Viagem ao dia	326	342	339	324	382	397	398	401	408	411
PESCA INDUSTRIAL										
Kg	2978	3261	902	827	690	672	679	951	1098	1226
Toneladas/Pescador	3,84	7,16	6,06	4,69	4,94	4,20	4,02	5,17	7,45	9,01
Toneladas/ Dia no mar	8,71	15,52	12,15	11,26	11,85	13,25	12,68	16,31	21,71	26,95

Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013) e INE (2015)

Os dados examinados a seguir referem-se à evolução dos barcos utilizados na pesca industrial. De acordo com os dados apresentados no Gráfico 13, a evolução do uso de barcos na pesca industrial em Cabo Verde atingiu o uso máximo nos anos de 2010, 2011 e 2012. Nesses três anos o número total de barcos permaneceu constante, ou seja, 96 barcos ao longo de 2010, 2011 e 2012. Portanto, no período de 2005 a 2012, o número de barcos aumentou 16,4%,.

Gráfico 13: Evolução anual dos barcos da pesca industrial



Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim Estatístico, nº 21 INDP (2013)

4.6 COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

A comercialização do pescado em Cabo Verde é realizada tanto no mercado interno como no mercado externo, através das exportações. As capturas artesanais destinam-se ao mercado interno enquanto as capturas industriais destinam-se a transformação e à exportação, sendo que nos últimos anos a pesca industrial vem contribuindo no abastecimento do mercado interno.

O Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA) publicado em 2004, apresenta o sistema de comercialização do pescado em Cabo Verde. Conforme o PANA II (2004), no desembarque do peixe *in natura*, estes são entregues as vendedoras que se encarregam da venda a *rabidantes* profissionais, também designadas de vendedores profissionais, ou diretamente aos consumidores finais. Aproximadamente um terço dessas vendedoras são esposas de pescadores. As vendedoras profissionais vendem o pescado nos mercados municipais, podendo ainda fazer a venda ambulatória de porta em porta.

Ainda de acordo com PANA II, existem vendedoras que realizam a comercialização entre as ilhas transportando o pescado nos barcos das ilhas de Maio, Brava e São Vicente para a ilha de Santiago (Praia), onde a remuneração no mercado é maior. Nas duas ilhas (Santiago e São Vicente), o nível de comercialização é mais avançado, pois além das vendedoras, os peixes são transportados para supermercados.

4.7 RELAÇÕES TECNOLÓGICAS E AMBIENTAIS DO SETOR DE PESCA

A tecnologia é fator de grande importância no sistema de produção de pescado, pois dele dependerá a produtividade e a sustentabilidade do sistema. Desse modo, a tecnologia pode trazer efeitos positivos e negativos para o meio ambiente. Quanto aos efeitos positivos são induzidos pelos novos conhecimentos, que traga melhorias no processo produtivo as que favorecem para o crescimento econômico, ao mesmo tempo esses novos conhecimentos podem trazer impactos negativos para o meio ambiente, tais como a degradação do meio ambiente. Pois, muitas vezes a inovação tecnológica é considerada como a mais importante na contribuição de inúmeros efeitos ambientais negativos. Sendo assim, ao criar novas tecnologias os fabricantes devem fazer uma análise criteriosos antes de serem lançadas no mercado, ou melhor devem levar em consideração e ser mais cautelosos no que se refere desenvolvimento sustentável.

Ao considerarmos o setor pesqueiro como um dos fatores importantes para o desenvolvimento socioeconômico em Cabo Verde cabe, devemos destacar a magnitude de interpelação da pesca com a conservação do meio ambiente e recursos naturais. Diferentes formas de produção devem combinar com a necessidade de conservação e proteção do meio ambiente, obedecendo a dinâmica de crescimento da população pesqueira. Isso pressupõe que se deve levar em conta, principalmente, o modelo adotado para a pesca industrial, que, geralmente, é realizada por embarcações de maior porte que utilizam diferentes tecnologias associadas à atividade industrial (conservas, congelamento, exportação, etc.).

A pesca industrial é realizada de uma forma mais rápida e exige menos esforço, o que tem sido um dos grandes fatores negativos no sentido de não considerar que os recursos naturais são finitos. Sendo assim, é preciso considerar o tempo necessário para a reprodução dos peixes, do contrário haverá um esgotamento do estoque natural, o que causará danos ambientais, sociais e a atividade econômica Nesse sentido, é de suma importância o

desenvolvimento sustentável, que busca a estabilidade entre o crescimento econômico, setor de pesca e o meio ambiente.

O setor pesqueiro e as demais práticas da atividade de pesca a nível industrial nos levam a preocupações com relação à questão de proteção do meio ambiente e dos recursos marinhos, que são dos assuntos mais abordados na atualidade. As atividades pesqueiras ocorrem, muitas vezes, em condições sanitárias muito precárias, sem grandes preocupações com o destino dado aos resíduos gerados, estes são descartados tanto no meio urbano como no mar, onde são jogados partes ou peixes inteiros por serem considerados de baixo custo no mercado ou por perecibilidade e sem condições de chegar ao mercado e aos consumidores. Portanto, estes acabam por apodrecer no mar causando efeitos transversais no meio ambiente, provocando com isso, a morte de muitas outras espécies marinhas que fazem parte do ecossistema.

A natureza começou a sofrer maiores agressões a partir do século XVIII com a Revolução Industrial. A ambição dos seres humanos em obter um crescimento industrial rápido, os levou a absorveram os recursos naturais de modo descontrolado, sem preocupação com os danos cometidos e preservação do meio ambiente.

Devido ao uso abusivo no processo de produção e consumo pelos seres humanos relativamente a conservação dos recursos naturais, ocorrem várias modificações ao meio ambiente, causando com isso, vários casos de impactos irreversíveis. Consequentemente, é de grande importância que a população se conscientize da extrema necessidade de conservar o meio ambiente. Atualmente, percebe-se, porém, que é crescente a preocupação com a questão de gestão ambiental relacionada à atividade pesqueira em Cabo Verde.

A ligação natural dos seres humanos com o meio ambiente refere-se notadamente na maneira de sobrevivência neste local pelo homem. Para Dulley (2004), o homem constitui seu meio ambiente a partir do conhecimento da natureza. Ainda segundo o autor, o meio ambiente ou meio ambiente humano, na verdade, se refere ao conhecimento que é acumulado pelo homem e possui da própria espécie e de suas inter-relações. Portanto, a humanidade não apenas passou a conhecer a si mesma, como também passou a conhecer as inter-relações das demais espécies, ou melhor, o meio ambiente de cada uma delas.

O conceito de meio ambiente para Silva (2004), está divido em três aspectos: Meio Ambiente Natural, que é composto pela água, solo, flora, o ar atmosférico, enfim, pela relação dos seres humanos e o meio que eles vivem, onde se dá a ligação entre as espécies e também as ligações com o ambiente físico que está envolvido; o outro aspecto é o Meio Ambiente Artificial, que é formado pelo ambiente urbano edificado; e por fim o Meio Ambiente Cultural que é constituído pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico, turístico, paisagístico, etc. Moniz *et al*. (2000), adverte que no setor da pesca o meio ambiente tem sido ponto de muitas indefinições, isso torna complicado traçar estratégias de futuro capazes de se abstraírem de pressões e de interesses restritos ao aqui e agora, para os quais desenvolvimento e sustentabilidade não são sinônimos.

Os assuntos relacionados com a pesca ilegal e direito da pesca, são assuntos que têm sido debatidos em grande parte numa concepção ambiental, desconsiderando os aspectos sociais e econômicos, enquanto a dimensão ética, na melhor das hipóteses, tem sido discutida de maneira muito leve. Os recursos marinhos eram considerados ilimitados até o século XX. De acordo com a Comissão Europeia (2002), a poluição e a conservação de recursos não faziam parte das preocupações. Ao contrário, do ponto de vista econômico, compreendia-se que a efetuação do bem-estar dos habitantes de um Estado se potencializava através da maior exploração dos recursos.

O setor pesqueiro e meio ambiente tem muita relação, ora positiva quando os resíduos pesqueiros foram dados tratamentos corretos e destinos adequados, ora negativos quando acontecer algo contrário ao citado anteriormente. Por isso, para melhor explicar ou situar de melhor maneira os leitores que terão contato com este trabalho, serão destacados dentro do texto aspectos que mostram a relação intrínseca entre estas duas áreas de modo geral.

Como discutimos acima sobre a importância de boa relação entre setor pesqueiro com o meio ambiente, em Cabo Verde também precisa ser intensificado este sistema de proteção ambiental por meio de legislação severa que puna todas as práticas irregulares e inadequadas desta atividade no país, a fim de permitir a manutenção das espécies marinhas e garantindo a continuidade desta atividade que contribui muito para economia deste país, garantindo também a alimentação sadia para a sociedade.

O meio ambiente é visto como algo de extrema importância que não pode ser esquecido no processo de crescimento, pois os efeitos das ações dos seres vivos raciocinam sobre ele e demanda um correto planejamento para sua preservação. Desde sua independência em 1975, Cabo Verde vem se preocupando com as atividades relacionadas à proteção do ambiente, relativamente a preservação dos ecossistemas e ao enquadramento das instituições ligadas a gestão ambiental, pois nesse ano começou a produção de uma legislação específica que incorpora várias medidas legislativas visando à preservação dos recursos naturais.

Entretanto, foi a partir dos anos 90 que as medidas ambientais alcançaram maior progresso com a incorporação da preocupação ambiental nas políticas setoriais nacionais e também através da integração do princípio do desenvolvimento sustentável. Nos anos 90 foram divulgados vários documentos sobre o meio ambiente e foi implementado o primeiro Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I). O plano foi criado 1994, com intuito de trazer para o debate público as preocupações e os resultados das questões debatidas na Cimeira do Rio.

Porém em 1993, depois da Conferência Mundial do Ambiente no Rio de Janeiro em junho de 1992, foi o momento marcante para o país em relação as questões ambientais, porque o país passou a dispor do seu primeiro instrumento legal ambiental, que define Lei de Bases do Ambiente. No ano de 1999 foi criado o Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas (NAPA) e em 2004 foi criado o segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II). Com a criação do PANA II, a gestão ambiental nacional foi relativamente descentralizada, todos os municípios passaram a programar seus próprios Planos Ambientais Municipais (PAM), combinação com as Delegações locais dos Ministérios.

Conforme PANA (2004), o objetivo principal do Plano é promover a integração das preocupações ambientais nos planos de desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida da população. Para alcançar os objetivos propostos acima, o plano efetua orientação estratégica no aproveitamento dos recursos naturais, identificando oportunidades e prioridades de desenvolvimento com ações que visem maior eficácia, aproveitando as sinergias entre os diversos setores através da definição do quadro institucional e os mecanismos de coordenação intersetoriais.

Já em 2002 foi criada a Direção Geral do Meio Ambiente (DGA), para coordenar os sistemas transversais com impacto na sustentabilidade ecológica e proteção a biodiversidade natural do país, com missão de concepção, realização e coordenação das políticas do Governo em matéria de meio ambiente. Essa ação que integra três direções para ajudar a preservar do meio ambiente, a Direção de Seguimento da Qualidade Ambiental, Direção de Gestão dos Recursos Naturais e a Direção dos Assuntos Jurídicos e Avaliação de Impactos Ambientais.

Atualmente em Cabo Verde, temas relacionados com o meio ambiente vêm sendo cada vez mais importantes, tendo em vista que o futuro da população depende da relação estabelecida entre meio ambiente e o uso dos recursos naturais. Devido a uma escassez em recursos naturais, a grande preocupação ambiental do país é com a diminuição de recursos naturais tais como: água, recursos marinhos, terras e biodiversidade.

Cabo Verde vem participando de diversas conferências internacionais, fazendo vários acordos relacionados com a proteção do meio ambiente, principalmente na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Uma má gestão de recursos naturais, motivada pela economia de consumo, fomentada e liberada sem as adequadas mudanças sociais e econômicas e pela pobreza, que de certa maneira afeta a população dos meios rurais, assim como as mudanças climáticas, são os principais problemas ambientais que provocam graves danos para a população cabo-verdiana. Na Tabela 5 estão à superfície e proporção das áreas protegidas por ilha e dois ilhéus.

Tabela 5: Superfície e proporção das áreas protegidas por ilha e ilhéu

	Superfície (Km^2)		**Proporção**	
	Terrestre	**Marinha**	**Terrestre**	**Marinha**
Cabo Verde	733,57	55.924,74	18,19	5,66
Santo Antão	197,67	44,33	25,38	
São Vicente	3,12	0,00	100,00	
Santa Luzia	34,27	27.318,00	100,00	
Ilhéu Branco e Rosa	8,54	27.837,00	100,00	
São Nicolau	22,77	0,00	6,64	
Sal	38,27	162,16	17,72	
Boa Vista	231,17	278,87	28,24	
Maio	75,98	284,87	28,24	
Santiago	37,10	0,00	3,74	
Fogo	84,69	0,00	17,79	
Brava	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2015)

Por ser um país frágil às mudanças climáticas, o governo vem realizando o programa de proteção do meio ambiental, conforme Direção Nacional do Ambiente (DNA, 2015), cerca de 18% da área terrestre e 6% da área marinha são protegidas.

No que aborda o ambiente marítimo, observa-se vários tipos de poluição tais como: os mares negros causados pelo derramamento de petróleo e seus derivados, os lixos doméstico e industrial, o despejamento do esgoto no mar, as rejeições radioativas, entrada de águas de escorrimento superficial contaminadas e as chuvas ácidas. Conforme DNA (2015), a poluição em Cabo Verde não estabelece ainda um impasse prioritário. Porém, existem muitas possibilidades de poluição dada à localização geográfica estratégica do país. Independentemente da fraca atividade industrial, existe o risco de poluição correlacionado a derrames de hidrocarbonetos, aliado ao abastecimento e tráfego marítimo nacional e internacional que utiliza as águas territoriais e as da ZEE de Cabo Verde.

Dessa forma, a pressão sobre o meio ambiente é elevada, devido à fraca cobertura da rede de drenagem de águas residuais e posterior tratamento, tais como a falta de deposição e tratamento adequado dos Resíduos Sólidos Urbanos, dentre os quais constam a forma de tratamento inadequada dos resíduos de consumo de peixes pela população habitada em lugares mais distantes dos grandes centros urbanos. Portanto, cabe destacar que o setor de pesca e do meio ambiente tem muita relação, ora positiva quando os resíduos pesqueiros foram dados tratamentos corretos e destinos adequados, ora negativos quando acontecer algo contrário ao citado anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estipulou-se como objetivo primordial na presente dissertação, analisar a evolução e a contribuição do setor pesqueiro para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde. Porém, pela necessidade de melhor enquadrar o estudo na literatura, faz-se primeiro uma abordagem sobre desenvolvimento econômico e inovação tecnológica na ótica da teoria Schumpeteriana, através de uma retrospectiva de fatos econômicos relevantes às estratégias estabelecidas por Schumpeter, sobre desenvolvimento baseado na hipótese da destruição criativa.

Também foi discutido o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando que é imprescindível para que tenha um nível de desenvolvimento socioeconômico mais sadio e duradouro a fim de garantir uma boa convivência entre o homem e a natureza, tanto hoje como para as futuras gerações. O desenvolvimento sustentável é um conceito complexo e contínuo. O trabalho mostrou que o desenvolvimento econômico depende muito do desenvolvimento sustentável, dessa forma, os seres humanos precisam reconhecer de que os recursos naturais são finitos. Portanto, para obter um bom desenvolvimento econômico, a sociedade precisa preservar o meio ambiente, ou melhor, considerar as dimensões do desenvolvimento sustentável, para que as gerações futuras usufruam desses recursos naturais. O objetivo maior do desenvolvimento sustentável é a melhoria de qualidade de vida em todas as nações.

No decorrer do trabalho em que foi analisada a evolução econômica do país desde sua independência em 1975, percebe-se que o país vem procurando métodos próprios para seu desenvolvimento, uma vez que é um país escasso de recursos naturais e que pela sua geográfica composta de relevos e solo árida, torna ainda mais complicado este processo. No entanto, observa-se que Cabo Verde vem apresentando melhorias no desempenho socioeconômico ao longo da sua existência como Estado nação independente. Apesar de uma economia muito dependente a ajuda externa e que manifesta muita dependência da presença estatal nos projetos voltados ao desenvolvimento, como também nas remessas de divisas de emigrantes e na abertura ao investimento estrangeiro direto.

Com isso, conclui-se também nesta dissertação que o peso da ajuda externa ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes foram e são fundamentais para o sustento da

economia internamente desde a independência em 1975 até na década de 1990, como mencionado no decorrer do trabalho. Já, a partir de 1991 com a implementação do novo modelo de economia, na busca de maior aproximação com mundo ocidental, baseado na redução do papel do estado na economia, colocando setor privado como agente principal, maior abertura ao investimento externo e da inserção plena e dinâmica do país na economia mundial.

No mais, observa-se que o país colheu maiores frutos e avanços em diferentes setores da economia e melhoria dos indicadores sociais, apesar de alguns dos programas implementados não alcançarem seus objetivos no período estipulado, como a redução do papel do estado na economia e o setor privado como agente principal, isso se deveu as próprias deficiências inerentes as estruturas econômica do país. Algo que foi melhorado ao longo do tempo, propriamente a partir do ano de 1998 com as novas reformas na administração pública, ensino, política fiscal, cambial e monetária através do desenvolvimento de parcerias com Portugal, Fundo Monetária Internacional e Banco Mundial, o que proporcionou enormes resultados com relação aos indicadores socioeconômico cabo-verdiano. Um dos impulsionadores deste quesito foi o aumento do investimento do governo para a melhoria da educação em Cabo Verde em que a taxa de alfabetização atingiu 86,5% em 2014, como descrito acima.

Com relação a análise do setor pesqueiro, percebe-se que apesar da sua baixa participação na formação do PIB de Cabo Verde, o setor vem contribuindo de maneira considerável na geração de emprego e garantia de segurança alimentar e nutricional dada a disponibilidade de proteínas animal que é capaz de assegurar ao país. Nesta linha, para maior ilustração e diagnósticos, foram discutidas também de maneira mais específica a evolução desse setor no país, aonde deu para concluir que em vários momentos analisados o setor apresentou evolução de maneira significativa. Sobretudo, no período de 2005 a 2014 em que as capturas cresceram em 28,10% e o trabalho ainda demonstrou que o potencial haliêutico do país estimado por grupos de espécies, revela uma forte concentração na área dos pequenos pelágicos, tunídeos e demersais. Tendo com isso aumentado o número de pescadores artesanal como industrial, atingindo 4.809 em 2014, proporcionando uma maior capacidade de abastecimento do mercado interno e como para exportação que cresceu cerca de 65,1% durante o período analisado.

Por fim, conclui-se que existe uma forte relação entre o setor pesqueiro e meio ambiente, sendo que esta prática precisa ser feita de maneira mais adequada em todas as regiões do planeta em que é desenvolvida, caso contrário, ela gera externalidades negativas que acabariam afetando também outros países ao redor. Mas como o foco de trabalho é Cabo Verde, identificou-se que a relação entre estas duas áreas se verifica ainda com maior intensidade neste país, por ser importante para o desenvolvimento das suas atividades econômicas uma vez que o país não dispõe de outros recursos naturais de grande expressão econômica. Por isso existe toda necessidade de proteção e conservação ambiental.

Em título de recomendação, cabe ressaltar que o setor pesqueiro faz parte das principais atividades econômicas desenvolvidas em Cabo Verde e tem muita importância na vida dos cabo-verdianos, já que é um país de formação insular rodeado de arquipélagos, tem estruturas litorâneas de longas costas marinhas que facilitam o desenvolvimento da prática pesqueira. Portanto, o setor ainda apresenta muitas fragilidades e restrições em relação às demandas de reinvestimentos setorial, o que dificulta o encadeamento da atividade pesqueira na economia.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Patrízia Raggi. **Atividade pesqueira no Brasil: Política e evolução**. 1998. 148 f. Tese (Doutorado em Ciência) – Universidades de São Paulo, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 1998.

ALBUQUERQUE, Luís; SANTOS, Maria. **História geral de Cabo Verde**. Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto Nacional de Investigação Cultural. 2001. 220 p. 2. edição.

ALMEIDA, J. T; Correia, M. A., Pastor, O. T.,; BARROS, T. P. **Plano de Gestão dos Recursos da Pesca**. Praia: Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. 2003. 156 p.

ALMEIDA, J.T.; CORREIA, M.A.; PASTOR, O.T.; BARROS, T. P. **Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente.** Disponível em: http://www.governo.cv/documents/PANAII-sintese-final.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017

BANCO DE CABO VERDE (BCV). **Indicadores econômicos**. 2001 Disponivel em: <http://www.bcv.cv>. Acesso em: 24 de fev. 2017.

BANCO DE CABO VERDE. **Relatório do Conselho de Administração.** 2009. Disponível em: <http://www.bcv.cv >. Acesso em: 27 de fev. 2017.

BANCO MUNDIAL. 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php? Option = com_content&view=article&id=137&Itemid=221>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

BARRETO, L. **Ética Ambiental uma Anotação Introdutória**. Lisboa: Publicação Ciência e Vida, 1994. 141 p.

BOZEMAN, B.; LINK, A. N. Tax Incentives for R&D**:** A Critical Evaluation**. Research Policy,** v. 13, p. 21– 31, 1984.

CABO VERDE. Ministério das finanças e planeamento. **Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza.** Praia, 2004 - Anual.

CABO VERDE. Ministério de saúde. Disponível em: < http://www.minsaude.gov.cv>. Acesso em: 06 dez. 2016.

CABO VERDE. Ministério do ambiente, agricultura e pesca**. Plano de gestão dos recursos da pesca 2000-2004.** Praia: MAAP-CV, 2003. 167 p.

CABO VERDE. Ministério do ambiente, agricultura e pescas. **Plano de ação nacional para o ambiente II 2004 – 2014.** Praia: Praia: MAAP-CV, 2004. 34 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 2003. 60 p. v. 2.

CARVALHO, M. E.; CARAMELO, A. M. **Avaliação do estado da pescaria da cavala preta e do chicharro:** Investigação e Gestão haliêuticas de Cabo Verde. Mindelo: INDP, 1996. p. 144-154.

COMISSÃO EUROPEIA. CE. Disponível em: http://ec.europa.eu/fisheiries/cfp/2002_reform_pt.htm. Accesso em: 20 de março de 2017

CLARK, C. W. **Mathematical Bioeconomics:** The Optimal Management of Renewable Resources. New York: John Wiley & Sons, 1976. 352p.

CONCELHO DE MINISTROS. **As Grandes Opções do Plano:** uma agenda estratégica. Praia, 2001.

CONSELHO DE MINISTROS. **As Grandes Opções do Plano:** uma agenda estratégica. Crescimento e de Redução da Pobreza. Praia, 2004.

DALY, H. E. **Beyond Growth**; The economics of sustainable development. Boston: Beacon Press, 1996. 140 p.

DIREÇÃO NACIONAL DO PLANEJAMENTO. **Relatório Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM**). Praia, 2015.

DIREÇÃO NACIONAL DO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.sia.cv/index.php/sia-mainmenu/perfil-ambiental>. Acesso em: 14 de nov. 2016.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais.** São Paulo, 2004. p.15-26.

ÉVORA, Iolanda. *Cooperativa*: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2000/2001. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25994/27725>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

F.A.O. **El estado mundial. De la *pesca*. Y la acuicultura**. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i0250s.pdf. Acesso em: 14 de março de 2017

F.A.O. **Fisheries and Aquaculture Departmet, The State of World Fisheries and Aquaculture** (SOFIA), Food And Agriculture Organization Of The United Nations. Roma, 2014. 133p.

F.A.O. 2017. **Global Capture Production database updated to 2015**. Disponível em: <http: www.fao.org>. Acesso em: 14 de jun. 2017.

FELIPE, J; COELHO, M; FERREIRA. **O Drama dos Recursos Comuns nas Sociedades Atuais.** À Procura de Soluções para os Ecossistemas em Perigo. Lisboa: Edições Sílabo. 2007. 123 p.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Programme de lutte contre la pauvreté rurale (PLPR)**. Shael, 2008. 129 P.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 155 p.

FURTADO, Cláudio. **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde:** uma abordagem sistémica e interdisciplinar. Dakar: CODESRIA, 2008. 187 p.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais**.** In: PESQUISA qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.64-89.

GOEREZ, B. A pesca artesanal ACP: a mais eficaz para responder aos desafios do novo milénio. **O Correio** p. 18-19, 2008.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In. VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O Desafio da Sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. 132 P.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS. Mindelo: Divisão de estatística/INDP. Mindelo, 2012 – Anual.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS. Mindelo: Divisão de estatística/INDP, 2013 – Anual.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **O Perfil da pobreza em Cabo Verde:** Inquérito às Despesas e Receitas**.** Praia, 2004 – Anual.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Cabo Verde, Anuário Estatístico 2015**. Praia, nov. 2015 – Anual.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **III Inquérito as despesas e receitas familiares**. Praia, 2016 – Anual.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do comercio externo**: 3º trimestre de 2016. Praia, out. de 2016 – Anual.

KON, A. **A produção terciária**. São Paulo: Nobel, 1992 145 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 123 p. 5. ed

LEITE, A. M. **Manual de Tecnologia de Pesca.** Lisboa: Secretária de Estado das Pescas/Escola Portuguesa de Pescas (SEP/EPP), 1989. 95 p.

LÓPEZ, Josefa. **El Impacto de la Globalización en el Médio Local**. Praia, 2002. 302 p.

MADRUGA, Ana. Entre os limites naturais do espaço urbano e da marginalização, as condições de vida das comunidades ribeirinhas. **Cadernos do LOJEPA.** João Pessoa, v.1, n.1, p. 11-21, jan. 2002.

MEDINA, A. Contribuição para o aperfeiçoamento do sistema estatístico da pesca artesanal em Cabo Verde**.** In: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCELHO CIENTIFICO**, 7. Anais...** Mindelo: INDP, 1996. p. 118-131.

MONIZ, A.; GODINHO, M.; KOVÁCS, I. **Pesca e Pescadores, Futuros para o Emprego e os Recursos.** Oeiras: Celta Editora. 2000. 76 p.

MONTEIRO, Eurico Pinto. **Poder Local e Divisão Administrativa em Cabo Verde no Pós-Independente (1975-1990**). Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=ptBR&sclient=psyab&q=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Vbrde&oq=Divis%C3%A3o+administrativa+de+Cabo+Verde&aq=f&aq=gK1&aql=&gs_l=serp.3..0i30.5860.18945.0.24364.53.34.0.0.0.9.1308.10523.42j3j3j5.13.0...0.0.bmPvVhKC2II&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.,cf.osb&fp=72b581823b30fc2e&biw=1280&bih=717>. Acesso em: 14 de dez. de 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION (OECD). African Development Bank (AfDB) and Development,United Nations Development Programme (UNDP). **Perspectivas Econômicas na África**. Cabo Verde: Praia, 2007. 47 p.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION (OECD); African Development Bank (AfDB) and Development,United Nations Development Programme (UNDP). **Perspectivas Econômicas na África**. Cabo Verde, 2015. 70p.

PASQUOTTO, V.F.; ANDRADE, L.M. Pesca Artesanal e Enfoque Sistemático: uma Atualização necessária**.** In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 6, 2004. Aracaju. **Anais...** Aracaju 2004. 12 p.

PASTOR, Oksana Tariche ; MARTINS, Albertino. Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde. In NASCIMENTO, Jorge; MARTINS, Albertino et al (Coord.). **Biéno 2009**. Mindelo: SIRPD &DIHA, 2011. p. 136-142.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a theory and a taxonomy. **Research Policy**, v. 13, p. 343–373, jun. 1984.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. **Economics of Natural Resouces and the environment**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1990, 378p.

PLANO DE NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**.** Informações econômicas. São Paulo. v.51, n.2, p.15-26, 2005.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento Humano**, 2015.

REIS, D. R. **Gestão da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Manole, 2003, 105 p.

ROCHA, Carlos. **Estabilização Macroeconômica e Política Monetária em Cabo Verde.** Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008. 120 p.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico:** um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 137 p.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 205 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** inclemente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 96 p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2002. 145 p.

SCHAEFER, M. B. Some aspects of the dynamics of populations important to the management of commercial marine fisheries. **Bulletin of Mathematical Biology**, v. 53, p.253 – 279, 1954.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, A. Mortality as an indicator of economic sucess and failure. **The Economic Journa**l, Royal Economic Society, v. 108, n. 446, p. 1-25, jan. 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416 p.

SILVA, H. D. M. **Pesca Artesanal em Cabo Verde**: arte de pesca linha-de-mão. 2009. 51 f. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Universidade de Aveiro, Portugal, 2009.

SILVA, José Afonso Da. **Direito ambiental constitucional**. 5. Ed. São Paulo: Malheiros, 2004, 120 p.

SILVA, J. C. **Importância da Horticultura para a Segurança Alimentar em Cabo Verde.** Santiago: Praia, 2009. 164 p.

TAVARES, A. D. **Gestão de pequenas e médias e médias empresas em Cabo Verde**: Estudo de caso ilha de Santiago. Praia, 2011. 104 p.

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http:www.unesco.org/new/pt/natural-sciences/ioc-oceans/priority-areas/rio-20-ocean/10-proposals-for-the-ocean/2b-fisheiries-and-aquaculture>. Acesso em: 6 de nov. de 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

VERHULST, P. F. Notice sur la loi que la population poursuit dans son accroissement. **Correspondance mathématique et physique**, v.10, p. 113-121, abril 1838.

WCED - World Comission on Environment and Development. Our Common Future (Brundtland Report). Oxford: University Press. 1987. 70 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Evolução do desembarque da pesca artesanal e industrial no período de 2010-2014

Ano	Grupo de espécies	Artesanal	Industrial	Total	%
2010	Tunídeos	1.358	1.316	2.674	28%
	Pequeno Pelágicos	1.443	3.377	4.820	51%
	Demersias	1.094	96	1.190	13%
	Diversos	691	42	733	8%
	Crustáceos e Moluscos	14	2,3	16,3	0%
	Tubarões	18	4,9	22,9	0%
Total		**4.618**	**4.838**	**9.456,20**	**100%**
2011	Tunídeos	1.471	1.429	2.900	33%
	Pequeno Pelágicos	991	2.977	3.968	46%
	Demersias	1.048	109	1.157	13%
	Diversos	512	105	617	7%
	Crustáceos e Moluscos	28	3	31	0%
	Tubarões	19	6,5	25,5	0%
Total		**4.069**	**4.630**	**8.698,50**	**100%**
2012	Tunídeos	1.610	1.709	3.319	32%
	Pequeno Pelágicos	896	3.946	4.842	47%
	Demersias	1.036	124	1.600	11%
	Diversos	737	171	908	9%
	Crustáceos e Moluscos	31	5	36	0%
	Tubarões	19	1	20	0%
Total		**4.329**	**5.956**	**10.725,00**	**100%**
2013	Tunídeos	1.536	3.248	4784	39%
	Pequeno Pelágicos	924	3.954	4.878	40%
	Demersias	1.234	452	1.686	14%
	Diversos	652	35	687	6%
	Crustáceos e Moluscos	12	35	47	0%
	Tubarões	17	203	220	2%
Total		**4.375**	**7.927**	**12.302,00**	**100%**
2014	Tunídeos	1.548	6.524	8.072	57%
	Pequeno Pelágicos	935	2.169	3.104	22%
	Demersias	1.246	973	2.219	16%
	Diversos	652	38	690	5%
	Crustáceos e Moluscos	12	33	45	0%
	Tubarões	25	102	127	1%
Total		**4.418**	**9.839**	**14.257,00**	**100%**
TOTAL DOS 5 ANOS		**21.809**	**33.190**	**55.439**	**100%**
MÉDIA		**4.375**	**5.956**	**10.725**	**100%**

Fonte: Elaboração própria com dados do INDP (2013) e INE (2015)

APÊNDICE B: Lista de nomes científicos de espécies referenciadas na dissertação

Nome usada em Cabo Verde	Nome cientifico
Albacora	*Thunnus albacares*
Atum	*Thunnus*
Badejo	*Mycteroperca rubra*
Barbeiro	*Acanthurus monroviae*
Barbo	*Galeoides decadactylus*
Bedja	*Bodianus spp.*
Bentelha	*Viridi dentex acromegalus*
Bica da rocha	*Lethrinus atlanticus*
Bonito	*Caranx crysos*
Cavala branca	*Decapterus punctatus*
Cavala preto	*Decapterus macarellus*
Chicharro	*Selar crumenophthalmus*
Dobrada	*Spicara melanurus*
Enforcado ou Xereu	*Caranx spp.*
Esmoregal ou Serze	*Seriola spp.*
Façolas	*Priacanthus arenatus e Heteropriacanthus cruentatus*
Fanhama	*Scorpaena spp.*
Gaiado	*Katsuwonus pelamis*
Garoupa	*Cephalopholis taeniops*
Goraz	*Lutjanus spp.*
Judeu	*Auxis spp.*
Lobo ou dourado	*Coryphaena hippurus*
Memma	*Euthynnus alletteratus*
Manelinho	*Serranus spp.*
Moreias	*Muraenidaes*
Pambo ou corvovado	*Selene doesalis*
Salmonete	*Pseudupeneus prayensis*
Sargos	*Lithognathus mormyrus e Diplodus spp.*
Sardinha ou Arenque	*Sardinella maderensis*
Serra	*Acanthocybuim solandri*
Voador	*Exocoetidae*

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C: Lista de nome científico referenciados no grupo diversos

Nome usada em Cabo Verde	Nome cientifico
Agulha	*Belonidae*
Espadarte	*Istiophoridae*
Arencão	*Albula vulpes*
Besugo	*Pomadasys incisus*
Boga	*Boops boops*
Carta ou Linguado	*Bothidae*
Castanheta	*Pomacentridae*
Charroco ou Xaroco	*Scorpaenidae*
Cherne	*Mycteroperca rubra*
Cobra De Mar	*Ophicthidae*
Congro ou Safio	*Congridae*
Corvina	*Bodianus scrofa*
Dobradão ou Fatcho	*Apsilus fuscus*
Fambil	*Balistes spp.*
Merato	*Epinephelus marginatus*
Mero	*Epinephelus aeneus*
Odjita ou Rainha	*Myripristes jacobus*
Pargo ou Oriana	*Sparus pagrus africanus*
Pássaro	*Excoetidae*
Peixe Rei	*Adioryx hastatus*
Peixe sabão	*Rypticus saponaceus*
Pescada ou Lagarto do mar	*Synodus saurus*
Pimpim	*Antigonia capros*
Ponteiro ou Sicate	*Hemiramphus brasiliensis*
Roncador	*Haemulidae*
Ruta	*Spondyliosoma cantharus*
Salmão	*Elagatis bipinulata*
Tainha	*Mugilidae*
Corneta ou Trompeta	*Fistularidae*

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A: Produção mundial da aquicultura (2015)

	Quantity (live weight)	Value (first sale)
Food fish*	76.6 million tonnes	US$157.9 billion
Aquatic plants**	29.4 million tonnes	US$4.8 billion
Non-food products	41.1 thousand tonnes	US$208.2 million
Total	**106 million tonnes**	**US$163 billion**

Fonte: FAO, 2017

ANEXO B: Produção mundial da aquicultura dos animais aquáticos (2000-2015)

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015	2015 share in world total	2015 growth
Africa	400	453	559	755	942	1 286	1 484	1 711	1 772	2.3%	3.6%
Americas	1 423	1 801	2 143	2 369	2 470	2 514	2 990	3 347	3 273	4.3%	-2.2%
Asia	28 422	32 361	36 895	41 780	47 001	52 452	58 956	65 506	68 393	89.3%	4.4%
Europe	2 051	2 043	2 173	2 193	2 327	2 523	2 827	2 929	2 975	3.9%	1.6%
Oceania	121	128	139	161	175	190	186	189	186	0.2%	-1.5%
World	**32 418**	**36 786**	**41 909**	**47 257**	**52 915**	**58 964**	**66 443**	**73 681**	**76 600**	**100%**	**4.0%**

Fonte: FAO, 2017

ANEXO C: Produção mundial da aquicultura pelo principal grupo de espécies (2015)

INLAND AQUACULTURE	Africa	Americas	Asia	Europe	Oceania	WORLD
1. Finfish	1 749 712	1 017 534	41 849 837	475 253	5 013	**45 097 349**
2. Crustacea	17	63 954	2 792 441	51	162	**2 856 625**
3. Molluscs		0	283 744			**283 744**
4. Other aquatic animals		531	521 106	0		**521 637**
Sub-total	**1 749 729**	**1 082 019**	**45 447 128**	**475 304**	**5 175**	**48 759 355**
MARINE AND COASTAL AQUACULTURE	Africa	Americas	Asia	Europe	Oceania	WORLD
1. Finfish	15 152	1 003 191	3 855 936	1 863 068	72 775	**6 810 121**
2. Crustacea	3 716	722 869	3 761 188	259	6 693	**4 494 725**
3. Molluscs	3 769	465 296	14 946 627	636 520	96 032	**16 148 245**
4. Other aquatic animals	25		381 831	8	5 593	**387 456**
Sub-total	**22 662**	**2 191 356**	**22 945 582**	**2 499 855**	**181 093**	**27 840 547**
TOTAL AQUACULTURE	Africa	Americas	Asia	Europe	Oceania	WORLD
1. Finfish	1 764 864	2 020 726	45 705 773	2 338 320	77 788	**51 907 471**
2. Crustacea	3 733	786 823	6 553 629	310	6 854	**7 351 350**
3. Molluscs	3 769	465 296	15 230 371	636 520	96 032	**16 431 989**
4. Other aquatic animals	25	531	902 936	8	5 593	**909 093**
TOTAL	1 772 391	3 273 375	68 392 710	2 975 159	186 268	76 599 902

Fonte: FAO, 2017